



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

**VOZES DA RUA: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SOBRE ACESSO A DIREITOS, EM FEIRA DE SANTANA.**

CACHOEIRA-BAHIA

2016

CLAUDISIA PEREIRA DOS ANJOS

**VOZES DA RUA: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SOBRE ACESSO A DIREITOS, EM FEIRA DE SANTANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do diploma, para o grau de Bacharel em Serviço Social. Orientada pela professora Dra.Heleni de Ávila.

CACHOEIRA-BAHIA

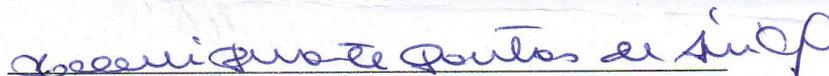
2016

CLAUDISIA PEREIRA DOS ANJOS

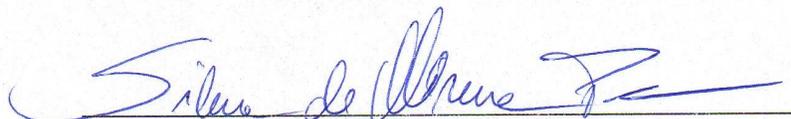
VOZES DA RUA: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SOBRE ACESSO A DIREITOS, EM FEIRA DE SANTANA

Cachoeira – BA, aprovada em 04/04/2016.

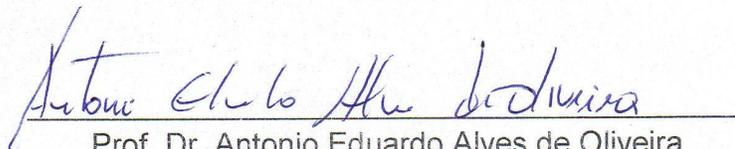
BANCA EXAMINADORA



Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Orientadora – UFRB)



Profa. Dra. Sílvia de Oliveira Pereira
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Dr. Antonio Eduardo Alves de Oliveira
(Membro Externo)

CLAUDISIA PEREIRA DOS ANJOS

**VOZES DA RUA: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SOBRE ACESSO A DIREITOS, EM FEIRA DE SANTANA.**

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Orientadora)

(Silvia de Oliveira Pereira - UFRB)

(Antônio Eduardo Alves de Oliveira - UFBA)

APROVADO EM: ___ de _____ de _____

CACHOEIRA-BAHIA

2016

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das melhores formas de dizer a importância de cada pessoa para nossa vida. É reconhecer que o caminho trilhado, se tornou belo porque não foi trilhado sozinho, e que sem a presença de vocês, essa caminhada não faria tanto sentido. Vocês fizeram valer a pena. É bom saber que temos amigos em quem podemos confiar, com quem podemos dividir as dores e as delícias da caminhada.

Primeiramente agradeço a Deus Pai/mãe por ter sido a minha esperança na caminhada. Agradeço porque as suas misericórdias sobre a minha vida se tornaram e tornam novas a cada manhã e isso me deu forças e me impulsionou a enfrentar os desafios da trajetória, percebendo que mesmo em meio a dor, há sempre um motivo pra agradecer e pra abrir um sorriso. Agradeço pelo carinho, pelo amor, pelo colo acolhedor, agradeço porque tive o prazer de viver uma linda etapa na minha vida.

Sou imensamente grata aos meus pais Carlos Manoel dos Anjos e Edivânia Pereira dos Anjos, amores da minha vida, razão pela qual eu encontro força pra continuar a caminhada em meio as dificuldades. Obrigada por me apoiarem, incentivarem, orarem e acreditarem e em mim. Amo vocês. Aos meus irmãos Cristiane Pereira e Claudivan Pereira, aos meus sobrinhos Claiane, Claidson e Thallison, vocês me encorajaram, cada um a sua maneira, a prosseguir e alcançar o meu objetivo, amo vocês de uma forma que não tem explicação. Minha família, meu maior presente!

Agradeço aos meus avós paternos e maternos (tenho orgulho de dizer que tenho todos eles), aos meus primos, aos meus tios e em especialmente a Evilânia Pereira (tia Preta) pelas palavras de incentivo e porque sei é uma das pessoas que mais torce por mim, e ao meu tio Ednilton Pereira (tio Neguinho) que também me ajudou muito nesse processo. Amo fazer parte dessa família.

Aos meus amigos... cambada de gente linda! O que dizer de vocês?! Durante a caminhada descobrir não só amigos, mas irmãos e irmãs. Vocês foram e são fundamentais na minha vida: Catharina, Daniele, Siméia, , Núbia, Maria Beatriz, Abigail, Poliana, Lindalva, Anísia Neta, Wênito, Moisés, Luciene, Adailton. Amo vocês. Obrigada por fazer dessa caminhada algo leve e prazeroso.

Agradeço @s meus/minhas coleg@s de turma, porque de maneira particular, cada um de vocês contribuiu para que esse momento acontecesse. Admiro vocês e foi muito bom fazer parte dessa turma, levarei um pouco e muito de cada um de vocês.

Agradeço aos meus mestres pelos ensinamentos que foram fundamentais para alcançar meu objetivo.

A aos funcionários da UFRB, porque de maneira direta ou indireta contribuíram na minha graduação.

Agradeço a minha orientadora Heleni Ávila pelas contribuições, carinho e paciência.

Agradeço especialmente a População em Situação de Rua de Feira de Santana. Sem vocês esse trabalho não seria realizado. Vocês foram fundamentais nessa conquista. Obrigada pela disponibilidade, pela paciência, pela amizade. Avante! A luta continua!

Agradeço também ao Movimento População de Rua Núcleo feira de Santana, em especial a Edcarlos, Carla e ao professor Eliab. Vocês são exemplos que quero levar para o resto da vida. Obrigada por tudo.

Em fim, obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui.

**Dedico esse trabalho a população em situação de rua de
Feira de Santana**

Não somos Lixo nem bicho.

Somos humanos.

Se na rua estamos é porque

nos desencontramos [...]

Não somos Lixo [...]

Somos humanos nas ruas [...]

(Carlos Eduardo Ramos, o Cadú)

Morador das ruas de Salvador

RESUMO

O presente trabalho monográfico analisa a População em situação de rua e o acesso a direitos no Município de Feira de Santana/Ba. O recorte da pesquisa são pessoas em situação de rua que participam do Café da Manhã realizado as sextas-feiras pelos integrantes do Movimento População de Rua Núcleo Feira de Santana, na rua Barão de Cotegipe, que tem como objetivo proporcionar momentos de convivência. A análise tem por finalidade compreender qual a percepção dessas pessoas em relação ao acesso aos seus direitos, e quais os limites e principais desafios encontrados para acessá-los. Esse trabalho traz a trajetória histórica, discutindo quais as principais causas do surgimento e reprodução da população em situação de rua, especificamente no Brasil, assim como o processo de exclusão e criminalização que estes vivenciam no dia-a-dia. Falaremos sobre a luta pela conquista dos direitos e a as políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, ressaltando a importância do Movimento Ncional da População em Situação de Rua nessa trajetória. A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa perpassou no primeiro momento pela realização do levantamento bibliográfico, seguida da entrevista semi-estruturada, finalizando com a análise do discurso dos entrevistados. A população em situação de rua é composta por cidadãos e cidadãs que tem direitos garantidos em leis, porém esses direitos são barrados na não efetivação. Para que haja mudanças nessa situação é necessário que os governantes e a sociedade em geral se comprometam e se reconheçam como atores fundamentais no processo de reivindicação e efetivação das políticas públicas voltadas para essa população.

Palavras Chave – População de Rua, Direitos, acesso, Políticas sociais.

ABSTRACT

This monograph analyzes the population living on the street and access to rights in the Fair City of Santana / Ba. The clipping of the research are people on the streets participating in the Breakfast held Friday by members of the Movement Population Center Street Feira de Santana, in Cotegipe Baron Street, which aims to provide moments of conviviality. The analysis aims to understand the perception of these people regarding access to their rights, and the limits and main challenges encountered to access them. This paper presents the historical trajectory, arguing that the main causes of the emergence and reproduction of the population in street situation, specifically in Brazil, as well as the process of exclusion and criminalization that they experience from day to day. We'll talk about the struggle for the rights and the public policies directed to the people on the street, emphasizing the importance of Notional Movement of the Population in street situation this trajectory. The methodology used for this survey pervaded at first for carrying out the literature, followed by semi-structured interviews, ending with the discourse analysis of respondents. The population living on the street is made up of citizens who have rights guaranteed in law, but these rights are not barred from execution. For there to be changes in this situation it is necessary that the government and society at large to commit and recognize themselves as key players in the claim process and execution of targeted public policies for this population.

Keywords - Street Population rights, access, social policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

ONGs – Organizações Não Governamentais

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua

SUS – Sistema Único de Saúde

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

SEDESO – Secretária de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

RG – Registro Geral

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização do Município de Feira de Santana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:	
1.1 CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DA ORIGEM E REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.....	16
1.2 EXCLUSÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	22
1.3 CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA (MODOS DE CONTROLE E INTERVENÇÃO COM QUEM ESTÁ NAS RUAS).....	27
CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS DIREITOS	
2.1 A LUTA PELA CONQUISTA/GARANTIA DE DIREITOS: A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NESSA LUTA.....	31
2.2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	38
CAPÍTULO 3 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	
3.1 FEIRA DE SANTANA: MODERNIDADE E CONSEQUÊNCIAS.....	44
3.2 QUEM SÃO OS INVISÍVEIS QUE PERAMBULAM NO CENTRO DE FEIRA DE SANTANA?.....	48
3.3 O DISCURSO DOS INVISÍVEIS NO CENTRO DE FEIRA DE SANTANA (PERCEPÇÕES ACERCA DOS DIREITOS E SE EXERCÍCIO).....	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERENCIAS.....	64
APÊNDICES.....	67

INTRODUÇÃO

A Política Nacional para a População em situação de rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 define em seu artigo 1º a população em situação de rua como um grupo populacional que tem como característica comum a pobreza extrema, rupturas com os vínculos familiares ocasionados por diversos motivos como, o desemprego, uso de álcool e outras drogas, orientação sexual, entre outros. Essas pessoas possuem em comum a falta de moradia convencional regular e por isso acabam por ocupar os espaços da rua, utilizando praças públicas, prédios abandonados, marquises, viadutos, como espaço de moradia e sobrevivência. Também utilizam albergues, abrigos, casas de acolhida temporária.

Maria Lúcia Lopes da Silva (2009), em seu livro *Trabalho e população em situação de rua no Brasil* ao tratar das *múltiplas determinações* que conduzem às ruas, destaca que essa situação não se explica a partir de um único determinante, no entanto, de acordo com ela, a história é testemunha que as causas estruturais dessa situação estão vinculadas a estrutura da sociedade capitalista que produz e reproduz desigualdade social. A população em situação de rua no Brasil, historicamente foi submetida à violação dos direitos e experimenta diariamente a exclusão social, é marcada por forte estigmatização, e sofre toda forma de preconceito e omissão por parte dos poderes públicos. Apesar de alguns avanços através de políticas voltadas a esse público, é visível de forma intensa na vida dessa população, a não materialização dessas políticas.

Essa pesquisa é de fundamental importância para podermos compreender, através das vozes da rua, como são executadas as políticas públicas voltadas para essa população na cidade de Feira de Santana, contribuindo para uma reflexão crítica, através da qual as pessoas em situação de rua possam ser vistas como cidadãos e cidadãs de direitos.

O presente trabalho tem como objetivo identificar os desafios que as pessoas em situação de rua de Feira de Santana/Ba, enfrenta para ter acesso aos seus direitos, contribuindo para dar visibilidade a essas dificuldades e para que a sociedade, especialmente aqueles que trabalham no atendimento a esse público, se percebam e se posicionem como sujeitos que devem se envolver no processo de reivindicação desses direitos. A escolha do tema “População em situação de rua e direitos”, se deu a partir das experiências vivenciadas no Estágio curricular obrigatório I e II realizado no Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (CENTRO POP) da cidade de Feira de Santana (Ba), atuando no serviço especializado em abordagem social no período de 08 de Setembro de 2014 à 24 de

Março 2015 e também através do acompanhamento de atividades do Movimento de População de Rua da cidade do qual faço parte como militante.

Durante esse período foi observado à situação de exclusão em que essa população está exposta diariamente e a constante negação de seus direitos. Apesar da existência de um arcabouço legal, como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída através do decreto presidencial nº. 7.053/2009, que visa garantir o acesso dessa população aos serviços, benefícios, programas e projetos públicos, afim de possibilitar um padrão de vida digno, redução da pobreza e das desigualdades sociais, a realidade destas pessoas é de vulnerabilidade e de grande exclusão, o que foi percebido através do campo de estágio, e dos momentos de convivência nas ruas. Assim, este trabalho visa dar voz a estes sujeitos, para que através de suas falas possa avançar para uma reflexão crítica e prosseguir na luta pela garantia de direitos e de um atendimento qualificado, se reconhecendo e sendo reconhecido como cidadãos e cidadãs de direitos.

Para alcançar o objetivo proposto foi realizando, inicialmente uma pesquisa bibliográfica/documental, em livros, artigos, textos, legislação e outros documentos correlatos para a compreensão do objeto de estudo, em seguida foi feita a pesquisa qualitativa com a aplicação de entrevistas semiestruturado, com questões abertas e liberdade de narrativa por parte dos entrevistados. E posteriormente foi feita a análise do conteúdo das entrevistas, cruzando com as fontes documentais.

No universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnicas para a análise de dados, deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (corpus), tal fato se deve, invariavelmente, à pluralidade de significados atribuídos ao produtor de tais dados, ou seja, seu caráter polissêmico numa abordagem naturalística.

Um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento.

O método de análise de conteúdo possui uma fronteira que achamos de grande importância para a construção da análise dos dados coletados na presente pesquisa, que é o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica). Nesse território, o estudo dos efeitos do sentido, da retórica da língua e da palavra, associado a hermenêutica (sentido),

buscou-se perceber, através das falas (em particular) e das fontes documentais elementos que contribuíram para descortinar aspectos relevantes para dar conta dos objetivos deste trabalho.

Para as entrevistas, fizemos a opção de trabalhar com pessoas que participam do café da manhã¹, que ocorre todas as sextas feiras, organizado pelos integrantes do Movimento População de Rua e que tem o objetivo partilhar de uma convivência maior.

O presente trabalho está organizado em três Capítulos. O primeiro traz um resgate histórico sobre o surgimento e expansão da população em situação de rua no Brasil, a qual tem suas causas estruturais vinculadas ao processo industrial da sociedade capitalista, abordando os processos de exclusão vivenciado no dia-a-dia por essa população, bem como a criminalização da pobreza propagada pela ideologia dominante.

No segundo capítulo abordaremos sobre a luta e os desafios enfrentados para conquista dos direitos sociais na história da sociedade brasileira, destacando os movimentos sociais como principais agentes dessas conquistas, em especial o Movimento nacional de População em Situação de Rua.

No terceiro e último capítulo traremos os resultados da pesquisa de campo que procurou identificar qual a percepção da população em situação de rua da cidade de Feira de Santana em relação ao acesso a seus direitos e a materialização destes.

¹Edcarlos, representante do Movimento População de Rua Núcleo Feira de Santana, afirma que o café é um momento em que se pode ter uma convivência maior com a população em situação de rua.

CAPÍTULO 1 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:

Este primeiro capítulo traz um resgate histórico sobre a origem e expansão da população em situação de rua, especificamente do Brasil, a qual tem aumento expressivo a partir do surgimento das sociedades pré-industriais, principalmente a partir do momento em que o país vivenciou um intenso processo de industrialização que acarretou em grandes transformações na sociedade, contribuindo para o aumento da pobreza. A terminologia “população em situação de rua”, é usada por Maria Lúcia Lopes para “designar o fenômeno e a situação a que são conduzidas parcelas expressiva da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista” (2009, p.137). Também será abordada a exclusão Social que essa população enfrenta no seu dia a dia, bem como a criminalização da pobreza² vivenciada pela sociedade brasileira, em particular da população objeto deste estudo, a qual é vista como ameaça para a sociedade e dessa forma é vista como alvo de controle e intervenção do Estado.

1.1 CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DA ORIGEM E REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.

A história registra que viver nas ruas não é algo exclusivo da sociedade capitalista, Costa (2005) afirma que desde a antiguidade já se ouvia falar em pessoas morando nas ruas e vivendo quase que exclusivamente da mendicância. Pereira (2008) completa dizendo que essa situação na maioria das vezes era ligada a pessoas com problemas mentais, andarilhos, viajantes, entre outros. Porém, foi a partir do advento das cidades industriais que essa situação, que antes era relacionada a poucos, se tornou uma situação em massa.

Para compreendermos a origem e reprodução da população em situação de rua é necessário primeiramente abordamos sobre a pobreza³ que é algo mundial, presente desde a formação das primeiras sociedades e que segundo Pereira (ibid) pode ser considerada como resultado da exclusão social, levando em consideração o fato de que os pobres são excluídos de sistemas sociais básicos: social, econômico, institucional, territorial, etc. A pobreza está relacionada a falta de mínimos sociais fundamentais para a sobrevivência, a falta de satisfação das necessidades mais básicas. Para Gough “necessidades básicas são aquelas que se não

²Estando em vulnerabilidade social e sofrendo vários estigmas como, vagabundos, drogados, ladrões, dentre outros.

³Vários são os conceitos atribuídos a pobreza, porém o conceito que norteia esse trabalho é o de pobreza absoluta associada à não satisfação de um conjunto de necessidades básicas para a subsistência.

forem devidamente satisfeitas implicarão sérios prejuízos à vida material e à autonomia do ser humano” GOUGH (1999 apud PEREIRA, 2008, p.27). Apesar da pobreza ser presente desde o surgimento das primeiras sociedades, foi no período capitalista, no momento em que houve a separação entre os possuidores dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho, que esta se intensificou.

No século XVI, a Europa passou por um processo de mudanças, que tinha como objetivo redefinir a sua economia. E essas mudanças ocasionaram a expropriação rural, processo no qual segundo Silva (2009), os produtores rurais e camponeses tiveram suas terras roubadas violentamente e transformadas em propriedades privadas, momento da história em que começa o processo de industrialização, denominado por Marx (1988 Apud Silvia 2009) de acumulação primitiva.

Para compreendermos o processo de expropriação e o que ele causou Silva (ibid) baseada em Marx (ibid), diz que é necessário entender que a produção na Europa no período do feudalismo se baseava na repartição da terra pelo maior número possível de camponeses.

A visão marxiana sugere que, mesmo aqueles que eram assalariados da agricultura, por utilizar seu tempo livre trabalhando para os grandes proprietários, dispunham de habitação e uma área para cultivar. Além disso, usufruíam as terras comuns aos camponeses, nas quais pastavam seus gados e de onde retiravam combustíveis, como a lenha. (SILVA, 2009, p.94)

Essa expropriação se deu devido o crescimento da manufatura e a elevação dos preços da lã que tornou a criação de ovelhas mais atraente para o dono da terra do que o cultivo. As terras foram fechadas para uso exclusivo dos donos e os arrendatários foram expulsos. Nesse período a igreja católica também possuía terras nas quais trabalhavam moradores hereditários pobres, que tinha por lei direito a uma parte do dízimo da igreja. Essas terras também foram roubadas, privatizadas e presenteadas, expulsando de forma violenta os que trabalhavam nelas.

Com a expropriação rural, esses camponeses que outrora tinham um espaço para morar e cultivar as terras, se veem obrigados a se submeterem a uma nova ordem. Uma vez, expulsos de suas terras e não obtendo mais nenhum bem e dispondo apenas de sua força de trabalho, migraram para os grandes centros urbanos na esperança de serem absorvidos pela indústria nascente. No entanto,

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho (SILVA, 2009, p. 95).

Tanto as pessoas que não foram absorvidos pela indústria nascente quanto as que não se habituaram às condições desumanas de trabalho impostas, acabaram por criar suas condições de vida no espaço da rua. Diante da miséria a qual estavam vivenciando e compelidos a extrema pobreza essa população recorreram aos roubos e outros começaram a pedir esmolas na tentativa de sobrevivência. Essa situação resultou na criação de leis repressivas, que obrigavam esta população a aceitar subempregos com baixa remuneração que não era capaz de satisfazer suas necessidades mais básicas.

Essas condições de trabalho não lhes davam a garantia de atendimento das suas necessidades básicas e não lhes davam também a possibilidade de se reconstituírem na sociedade, sendo assim, continuavam a viver em condições precárias nas ruas ou em locais de risco (REIS, 2012, p. 14).

No final do século XVIII com as grandes mudanças no mercado de trabalho em toda a Europa, mudanças essas que já vinham acontecendo desde o século XVI, observa-se grande desenvolvimento e modernização do modo de produção, mas também se percebe antagonicamente a pauperização extrema da população. “Portanto, o fenômeno população em situação de rua surge no seio do pauperismo generalizado vivenciado pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista” (SILVA, 2009, p. 96).

Embora esta condição tenha iniciado na Europa, ela se reproduziu também no Brasil, que começava a dar seus passos para a industrialização.

Como citado acima a pobreza está presente desde a formação das primeiras sociedades, e com o Brasil não foi diferente. José Murilo de Carvalho (2002) ao tratar sobre cidadania no Brasil diz que quando o país proclamou sua independência de Portugal, herdou uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultura e latifundiária e um Estado absolutista. O autor afirma que a escravidão penetrou “em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo” (CARVALHO, 2002, p.20). O autor continua afirmando que:

A atividade que melhor se prestou à finalidade lucrativa foi a produção de açúcar, mercadoria com crescente mercado na Europa. Essa produção tinha duas características importantes: exigia grandes capitais e muita mão-de-obra. A primeira foi responsável pela grande desigualdade que logo se estabeleceu entre os senhores de engenho e os outros habitantes; a segunda, pela escravização dos africanos (CARVALHO, 2002, p.18).

Na fala de Carvalho é notável que no Brasil, a pobreza estava presente desde a colonização portuguesa. Até o início da colonização as terras brasileiras eram consideradas um bem da natureza que deveriam ser usadas de maneira coletiva para a subsistência dos que ali habitavam. Com a colonização pelos portugueses, segundo Pereira (2008), essas terras foram divididas entre homens que tinham condições para adquirir escravos e gado e aqueles que haviam prestado serviços à coroa, excluindo aqueles que não possuíam bens. A história revela que a sociedade brasileira foi se desenvolvendo baseada na desigualdade e tendo a pobreza como algo natural.

O trabalho escravo foi utilizado em todos os tipos de atividades e predominou durante séculos. Aos escravos, segundo Couto (2010) era negada a condição de humanidade, não sendo considerados cidadãos, mas como propriedade exclusiva do seu senhor.

A década de 1850 foi marcada por dois fatos importantes: o primeiro foi a proibição do tráfico negreiro devido a interesses da Inglaterra que caminhava a passos largos para o desenvolvimento industrial e tinha interesse em ampliar o mercado para seus produtos. No entanto, como o Brasil era uma sociedade escravista, o mercado se tornava muito restrito porque os proprietários gastavam o seu capital na compra dos escravos, e por outro lado os escravizados não tinham como comparar, dessa forma impedia a expansão do mercado inglês. E o segundo fato que marcou a década foi a criação da Lei de Terras que garantia terras somente por meio da compra e venda. Segundo Salvador (2006) “Diante dessa compra e venda, a lei previa que o governo destinaria os rendimentos obtidos ao financiamento da vinda dos colonos da Europa, que substituiriam os escravos” (SALVADOR, 2006, p.26). Como podemos perceber desde o início, a propriedade da terra permaneceu privilégio de poucos, excluindo os ex-escravos, imigrantes e os pobres em geral. Bauer diz que:

O Brasil nunca desenvolveu um modo de produção feudal. A população livre, constituída de trabalhadores brancos e mestiços, foi integrada ao sistema econômico e social, como agregados, na forma de trabalhadores sem terra, geralmente comandando o eito e administrando as propriedades, ou como mera mão de obra suplementar (BAUER, 1998, p.153).

Os negros africanos, os mestiços e indígenas permaneceram excluídos dos frutos da colonização. Sua função era meramente servirem como mão de obra submissa, barata e disponível. Em 1888 a escravidão foi abolida, porém, os escravos libertos não tinham acesso a terra para plantar, nem casa para morar e nem ajuda do governo. Não tendo para onde ir, alguns deles negociaram sua permanência nas fazendas e foram obrigados a viverem sob a dependência dos grandes produtores que segundo Bauer (ibid) “encontraram-se meios e

maneiras de continuar a garantir-se uma oferta permanente de trabalho barato “não-escravo”, preservando-se, contudo, vários de seus aspectos” (BAUER, 1988, p.140). Muitos dos que deixaram as propriedades onde foram escravos migraram para as cidades em busca de emprego. Porém nem todos os escravos conseguiram se adaptar a nova forma de trabalho e outros as indústria não os absorveram. Sem terra, sem local para morar os escravos começaram a realizar trabalhos informais e passaram a morar nos morros da cidade.

A virada do século XIX para o século XX foi um período em que a sociedade brasileira vivenciou intensas mudanças. Com a Revolução de 1930⁴, fase significativa para a economia brasileira, na qual houve uma intensificação da industrialização e urbanização no país, passando por um processo de mudanças no contexto sócio-político e econômico, o Brasil presenciou um momento de grande desenvolvimento econômico e com ele o aumento da população nas áreas urbanas. Esse é o início de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial e o fim do domínio de uma estrutura produtiva de base agroexportadora. Segundo Pereira (2008) até 1950 o Brasil era um país rural e as pessoas que moravam no campo não eram alcançadas pelas políticas sociais, vivendo em situação de grande pobreza que se agravou a partir de 1960 quando essa população sofreu um baque ainda mais forte com a industrialização do campo que reduziu a mão-de-obra.

A chegada da tecnologia ao campo reduziu a necessidade de mão-de-obra, diminuí ainda mais os - já baixos - salários e ocasionou desempregos em massa. Sem acesso à alimentação, à moradia fixa e estável, ao trabalho, e com expectativas de encontrar melhores condições de vida, o migrante do campo deu início a um êxodo rural sem precedentes, caracterizando esse momento histórico como um período que possuía uma “sociedade em movimento”, devido ao grande deslocamento populacional no sentido campo-cidade (PEREIRA, 2008, P. 56).

Assim, destituídos dos meios de sobrevivência na zona rural, os migrantes dirigiram-se às cidades em busca de empregos, salários e, acima de tudo, melhores condições de vida, acarretando em um processo de rápido crescimento dos centros urbanos. As fábricas eram construídas no centro da cidade e para abrigar as famílias dos trabalhadores foram construídas, em localidades próximas ao trabalho, habitações coletivas as quais não possuíam condições mínimas de higiene e saneamento o que causou a proliferação de doenças à grande parte da população, sem contar as exaustivas jornadas de trabalho em troca de baixos salários.

A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infra-estrutura e outros. Na medida em que se consolidava a industrialização, crescia a

⁴Sobre o assunto ver CARVALHO (2002)

concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social (PEREIRA, 2009, p.188).

Baseado em Silva (2009) podemos afirmar que entre as décadas de 1940 à 1980 o padrão de acumulação brasileiro baseou-se num intenso processo de industrialização e urbanização. Esse foi um período de intenso crescimento econômico com a expansão da indústria, a reformulação do papel do Estado, o trabalho assalariado com carteira assinada e migração do campo-cidade. Esse crescimento urbano não foi acompanhado pelo crescimento de possibilidades de emprego e moradia. As pessoas que se tornavam inadequadas ao trabalho ou que a indústria não foi capaz de absorver ocasionaram o que hoje conhecemos como exército industrial de reserva⁵, que é o resultado da substituição da mão de obra humana pelas máquinas. O exército de reserva é uma necessidade do capital para estabelecer uma rotatividade de trabalhadores com a lei da oferta e procura, provocando o aprofundamento das desigualdades sociais. Foi a partir desse período que na sociedade brasileira, houve um expressivo número de pessoas fazendo das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência.

A partir dos anos 1970 o sistema capitalista entrou em crise em esfera mundial⁶ e novas estratégias de enfrentamento a crise foram sendo propostas, baseadas nas ideias neoliberais (CHESNAIS, 1998)⁷.

A partir de 1980 “começa uma fase de descontração das relações formalizadas de trabalho em todos os níveis e setores da economia.” (SILVA, 2009, p.208), processo que é ampliado na década de 1990 quando o Brasil avança no ajuste estrutural no mercado, acarretando na redução dos postos de trabalho e má redistribuição de renda, ocasionada pelo processo de globalização, momento em que ocorreram modificações em diversos setores da sociedade brasileira para atender aos interesses exclusivos do capitalismo, aumentando mais ainda as desigualdades sociais, deixando a classe trabalhadora em péssimas condições e

⁵“Produto e condição para a acumulação do capital e para a existência do modo capitalista de produção, [...]” (SILVA, 2009, P. 64).

⁶Importante destacar, segundo Chesnais (1998), que o processo de abertura, tanto interno quanto externo dos sistemas nacionais entre as décadas de 70 e 80, viabilizou e tornou emergente a necessidade de um espaço financeiro mundial, os demais sistemas financeiros dos países periféricos não foram eliminados deste espaço durante este processo, eles foram integrados de maneira “imperfeita” ou “incompleta”, dentro de um ambiente com três peculiaridades: 1) hierarquizado – onde o sistema financeiro norte-americano domina todos os outros, por conta da posição do dólar e da grande dimensão de seus mercados de bônus e ações; 2) falta de instâncias de supervisão e com poder de controle e, 3) unidade dos mercados financeiros sendo assegurada pelos seus operadores.

⁷Segundo Chesnais (1998, p. 14 e 15), o forte crescimento da esfera financeira foi acompanhado de perto pela liberalização e desregulamentação dos sistemas nacionais financeiros permitindo a transição de um regime de finanças administradas para um regime de finanças de mercado.

contribuindo para a expansão do exército de reserva. O desemprego atrelado a outras dificuldades e o difícil acesso às políticas sociais contribuíram para uma profunda vulnerabilidade da população.

Vale ressaltar que com essas mudanças ocorridas no mercado brasileiro, com a redução dos postos de trabalho, a partir dos anos 1990 percebeu uma maior participação da população de origem urbana vivendo nas ruas.

Silva (2009) ao falar sobre a população em situação de rua no Brasil entre os anos de 1995 à 2005, destaca seis aspectos característicos dessa população e entre eles estão as suas múltiplas determinações que levam as pessoas usarem as ruas como espaço de moradia e sobrevivência, destacando entre elas os fatores estruturais relacionado a ausência de moradia, a falta de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social; os fatores biográficos relacionados a história particular de cada um, tais como rupturas dos vínculos familiares, doenças mentais, uso frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais, fugas dos lugares de origem por diversos motivos, entre outros, a autora ainda destaca os fatores da natureza ou desastres de massas, como terremotos, inundações, etc. No entanto, a autora afirma:

Certo é que o fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Entretanto, a história revela que as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital [...] (SILVA, 2009, p.105)

Sendo assim podemos entender a expansão da população em situação de rua como expressão radical da questão social⁸ na contemporaneidade, conseqüência das transformações que ocorreram nas sociedades voltadas para o interesse capitalista, levando muitas pessoas a viverem em situação de extrema exclusão social.

1.2 - EXCLUSÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

⁸ A questão social expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção: a contradição fundada na produção e na apropriação da riqueza gerada socialmente. Os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela (PEREIRA, 2009, p.183).

Com as mudanças no mundo do trabalho ⁹, relacionadas principalmente à reestruturação produtiva, ao aumento do desemprego e do trabalho precário, conseqüentemente houve a elevação dos níveis de pobreza, o que ocasionou o aumento das pessoas em situação de rua, que passaram a viver em situação de extrema exclusão.

Os problemas sociais e a exclusão sempre existiram desde quando a exploração do homem pelo homem foi utilizada como meio de produção e organização social, no entanto, apesar de existir desde os primórdios da humanidade, teve seu aprofundamento principalmente a partir do desenvolvimento industrial.

A questão da exclusão social está relacionada à privação e a falta de recursos, e de uma forma mais abrangente está relacionada à ausência de cidadania, situação vivenciada com intensidade pela população de rua que são reduzidos a certo estado cuja luta diária está voltada para a preservação da vida.

A exclusão é a impossibilidade de realizar plenamente a condição humana: é não poder ser um cidadão de sua polis. Essa exclusão é distinta da abolição de direitos políticos e da supressão do espaço público levado a cabo pelos regimes autoritários, despóticos e ditatoriais. É uma exclusão que não apenas impossibilita o exercício das potencialidades máximas da condição humana como ainda reduz os indivíduos à condição de animal laborans, cuja única ação é sua preservação biológica. Essa preservação é preocupação unicamente do indivíduo; para a sociedade, para o governo, passa a ser um "metabolismo" supérfluo, de cuja existência ninguém se preocupa quanto mais de sua produtividade ou de sua participação cidadã. Essa massa de excluídos pode ser eliminada, das mais diferentes formas opacas, e ninguém sentirá falta (SCOREL, 1993, p.50).

Na *Política Nacional para a inclusão social da população em situação de rua*, encontramos a afirmação de que a “exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura das relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva” (BRASIL, 2008, p.3). Costa (2005) afirma que “a exclusão social, “caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectiva, dificuldade de acesso à informação e perda de auto-estima.” (COSTA, 2005 p.3). Scorel (1999) apud Bessa (2009) diz que:

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e

⁹Sobre o tema ver Silvia (2009) em seu livro “*Trabalho e população em situação de rua no Brasil*.”

interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular edifiária (ESCOREI 1999 apud Bessa 2009, p.65).

As pessoas em situação de rua como afirma Pereira (2009) seriam representantes por excelência dessa exclusão, visto que é uma população sem habitação, sem renda, sem emprego, sem alimentação, sem laços familiares ou territoriais, é uma população que se situa à margem do sistema de organização social e fora do sistema de produção e de consumo ideal da vida social defendida pelo capitalismo. Costa (2005) diz que a desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, em fim essa exclusão vivenciada pela população em situação de rua são constituinte do pensamento econômico capitalista.

Como citado anteriormente, na Europa no século XVIII houve a generalização do pauperismo, resultado da acumulação capitalista que produziu e reproduz diariamente desigualdade social, excluindo uma grande parte da população dos bens socialmente produzidos. A população em situação de rua é resultado desse processo de exclusão, devido as transformações históricas que ocorreram nas sociedades. A situação de exclusão não é algo inerente a sociedade capitalista, no entanto, foi a partir do seu surgimento que esta se agravou.

No Brasil, apesar do termo exclusão social ter surgido somente no século XX, a história revela que desde os tempos coloniais, processos de exclusão estão presentes na sociedade, que traz em sua herança a dominação pela qual excluía os índios, camponeses, migrantes, favelados e pessoas em situação de rua. Como vimos no primeiro tópico desse capítulo, desde a formação da sociedade brasileira a riqueza se concentra nas mãos de poucos, enquanto a maioria não desfruta dos bens socialmente produzidos o que acaba por interferir em vários fatores da vida da população. Pereira (2009) afirma que “ao examinar uma sociedade como a brasileira, caracterizada por um desenvolvimento desigual, torna-se particularmente importante reconhecer que alguns grupos se beneficiaram mais, enquanto outros permaneceram à margem do processo” (ibid, p.188). Verás (2001) continua afirmando que “Desde os tempos coloniais, portanto, ao Brasil do Império, ao das Repúblicas - velha, nova e contemporânea - e agravado durante a ditadura militar, processos sociais excludentes estão presentes em nossa história” (VERAS, 2001, p.27).

A acumulação capitalista se reproduz com a existência de pessoas que não são envolvidas no processo de produção (diretamente), servindo à manutenção da demanda / oferta de trabalho e o controle dos salários. O problema do desemprego ou da falta de trabalho com remuneração que

atenda minimamente as necessidades das pessoas trabalhadoras (e de suas famílias) é um fator que influencia a situação de rua... (BESSA, 2009, p.84).

A exclusão Social que se agravou no capitalismo é expressão do processo histórico da sociedade brasileira no qual ocorreram situações de exclusão que deixaram marcas profundas e que ao passo que a sociedade capitalista se torna madura vai aprofundando cada vez mais essa situação. Homens e mulheres são levados a fazer das ruas espaço de sobrevivência devido as condições imposta pela sociedade de classes, que valorizam a mercadoria e não a vida. Pessoas em situação de rua é expressão da violência do capitalismo sobre o ser humano que os submetem a níveis de degradação humana, visando apenas o lucro.

No período de 1930 à 1980, o padrão de acumulação brasileiro se baseou no processo de industrialização e urbanização que segundo Silva (2009) “se desenvolveu conjugado com regulamentação da relação entre o trabalho e o capital, por meio de uma legislação trabalhista” (SILVA, 2009, p.197). Essa legislação trabalhista atendeu parcialmente aos interesses do trabalhador, mas acima de tudo atendeu os interesses de acumulação do capital, excluindo uma grande parcela da população. A partir dos anos de 1980, a precarização do trabalho e a perda de garantias trabalhistas, conquistadas entre os períodos da década 1940 a 1970, provocaram uma vulnerabilidade de massa, deixando muitas pessoas privadas da proteção garantidas pelo trabalho assalariado.

Dessa forma, a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho delas decorrentes também repercutiram no sistema de proteção social aos trabalhadores e subempregados, minimizando sua cobertura proporcionalmente ao número total de desempregados, deixando-os em situação de extrema vulnerabilidade (SILVA, 2009, p. 251).

Essas mudanças na sociedade brasileira se deram de forma intensa e afetou gravemente a população, contribuindo para expandir o já significativo exército de reserva posto à margem do processo produtivo, sendo considerados desnecessários e acabam por vivenciarem um processo de desumanização, uma vez que considerável parcela da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, passando muitos a viver nas ruas na condição de indigência, sendo ignorada, discriminada, rejeitada e até mesmo exterminada.

Apesar de não se explicar a partir de um único determinante, como nos lembra Silva (2009), a quantidade em massa de pessoas fazendo das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência, tem sua produção e reprodução no sistema de acumulação capitalista.

Analisando o contexto histórico dessa população, podemos observar que estas pessoas em qualquer época ou situação sempre ficaram à margem da sociedade. Costa (2005) afirma que “O fato é que, historicamente invisíveis aos olhos do Estado brasileiro, quando não se constituíam em alvo de repressão, as pessoas em situação de rua eram simplesmente deixadas de lado”. (COSTA, 2005, p.6).Esse processo de exclusão acaba por interferir em vários fatores da vida dessa população, a qual além de ser excluído do processo de produção e dos bens socialmente produzidos, ainda encontra vários desafios nas ruas. Elas são marcadas por processos de discriminação e estigmas tanto pela sociedade como por aqueles que têm o dever de buscar a garantia dos seus direitos através dos serviços públicos. É alvo de discriminação em seu processo de vida através de palavras pejorativas, da violência verbal e física, exclusão das políticas públicas, entre outras atitudes da sociedade que a encara de forma preconceituosa, responsabilizando-a pela situação em que vive. Esse preconceito contra os cidadãos e cidadãs¹⁰ em situação de rua também é percebido ao serem impedidos de entrar em certos lugares ou mesmo quando tentam acessar serviços públicos. Bessa (2009) ao falar sobre o assunto descreve:

As discriminações aos cidadãos e às cidadãs em situação de rua não têm sua existência apenas nos ‘olhares’ ou na perspectiva discursiva. Os elementos das práticas sociais estão interligados, de maneira que as crenças e os valores norteiam as relações sociais e as atividades, como, por exemplo, o impedimento da entrada de cidadãs e cidadãos em determinados locais e a realização de determinadas ações (BESSA, p.83, 2009).

Mattos e Ferreira (2004) esclarecem que a sociedade tem diversas representações pejorativas sobre essa população. Essas representações são determinantes na formação da identidade dessas pessoas e acabam por interferir de forma negativa na possibilidade de autonomia dos sujeitos.

Para a sociedade, as pessoas em situação de rua, são as únicas culpadas pelo estado em que se encontram, pois para ela, estas têm oportunidades de mudarem de vida e estão nessa situação por opção própria, isto é, por escolhas individuais. Porém essa população é vítima de uma realidade que modifica o seu cotidiano, e essas modificações os colocam em situação de exclusão social ao passo que ficam sem empregos, sem proteção social.

Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em uma desavença, de ser vítima de violência sexual, de ser alvo de agressões

¹⁰Termo usado por Bessa (2009)

inesperadas vindas de setores preconceituosos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança. (COSTA, 2005, p.10)

As formas de exclusão e preconceitos enfrentadas por essa população ultrapassam as questões citadas acima, além de serem privadas dos direitos mais essenciais da vida humana, no seu cotidiano é alvo tanto de violência simbólica como física. A sociedade expressa seu preconceito através de palavras pejorativas, taxando as pessoas em situação de rua como vagabundos, ladrões, mendigos entre outros termos desagradáveis, considerando-as como inúteis e ameaçadoras. Nesse sentido a pobreza é criminalizada, e essas pessoas são vítimas das mais terríveis formas de violência, são alvos de repressão e de grupos de extermínio, porque são tidos como “sujeira” da sociedade.

A essa população é negados direitos civis, políticos e sociais, é negada a cidadania e a sua condição de humano.

1.3- CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA (MODOS DE CONTROLE E INTERVENÇÃO COM QUEM ESTÁ NAS RUAS)

Como citado no primeiro tópico deste capítulo, a pobreza no Brasil tem suas raízes antes mesmo do surgimento das contradições capitalistas. O Brasil é um país que a sua colonização foi fundada na escravidão, em uma conjuntura em que o direito era privilégio de poucos. A pobreza acompanha a história da humanidade, produzindo e reproduzindo grupos populacionais privados de condições materiais básicas de sobrevivência.

É preciso percebermos, que a decisão de “colonizar” o Brasil não possuiu outro significado senão o de expandir a empresa capitalista européia de exploração. Quando tal decisão se dá no plano de uma sociedade comunal, como era a dos povos primitivos que aqui habitavam, necessariamente a violência será um fator determinante (TOLEDO, 2009, p.18).

A criminalização da pobreza é um processo histórico que está enraizado na nossa sociedade desde quando os europeus conquistaram brutalmente o continente, trazendo com eles uma cultura racista baseada na superioridade cultural, que repercutiu violentamente na vida dos índios e dos povos africanos que foram escravizados para servirem como mão-de-obra. Segundo Carvalho (2002) com a escravidão, e o direito da propriedade nas mãos de poucos, não houve a construção de um ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos eram considerados propriedades dos senhores, não sendo considerados cidadãos, não tinham se quer direito sobre a sua integridade física, podendo ser espancados, não tinham

direito nem mesmo sobre a sua própria vida sendo comparados a animais. Essa situação perdurou por mais de três séculos, mudando somente após a abolição da escravidão em 1888. Dessa forma podemos perceber que a nossa sociedade foi formada tendo a desigualdade social e a criminalização da pobreza como base.

Na virada do século XIX para o século XX, após a abolição da escravidão, as cidades brasileiras foram invadidas por pobres, que segundo Adorno (1990, apud Toledo, 2009), impediram o progresso das mesmas. Foi a partir desse momento que a pobreza, antes vista como natural, passou a ser algo preocupante na sociedade brasileira. Com a abolição da escravidão muitos escravos perderam os vínculos com os seus senhores e migraram para as cidades, construindo assim as primeiras favelas do país. É um período em que nas cidades se misturam nas palavras de Pereira (2008), “todos os tipos humanos”: banqueiros, comerciantes, capitalistas, escravos, políticos e escravos alforriados, é um período também em que os pobres se tornam ameaças para o progresso da sociedade. Souza e Sarmiento (2009) ao tratar sobre os estudos que se desenvolveram em relação a pobreza nesse período diz que:

No cerne desses estudos cria-se a “cidade insalubre” aonde os pobres, gente perigosa, suja, não pode dividir o cenário com a cidade limpa e organizada promulgada pelo desenvolvimento que trazia a modernidade ao país. Um país que “precisava” de indivíduos limpos, dóceis e disciplinados para o trabalho, para ordem e para o dever moral (SOUZA & SARMENTO, 2009, p.03)

O país caminhava rumo ao progresso e para isso havia a necessidade de modernizar os espaços públicos e civilizar os indivíduos pobres, e essa civilização era conquistada através do trabalho. O trabalho era entendido como essencial na definição do caráter das pessoas e aqueles que não trabalhavam eram vistos pela ideologia dominante como desviante. Toledo (2009) nos diz que:

Se, por um lado era preciso modernizar os espaços públicos como requisito do progresso, o que acaba gerando a territorialização da pobreza, por outro era preciso pôr em curso a civilização do indivíduo, o que se dava na direção de nele inculcar a ideologia do trabalho, de fazê-lo disposto a vender sua força de trabalho (TOLEDO, 2009, p.29)

O trabalho torna-se central na integração social, exercer alguma atividade torna-se obrigação. Aos que não queriam trabalhar dever-se-ia aplicar a repressão, e aos que não possuíam condições para tanto, a assistência. Castro (2010) nos diz que desde o período da escravidão até os nossos dias o pobre sempre teve seu lugar marcado na sociedade. Antes era nas senzalas ou nas cozinhas dos seus senhores; com a abolição da escravidão foi a vez dos cortiços que se localizavam no centro da cidade - que iniciava seu processo de

industrialização, atraído contingentes de migrantes – esses pobres que ocupavam os cortiços foram vistos como ameaça a sociedade que prezava pelo progresso e porque também incomodava a elite brasileira que não admitiam ocupar os mesmos espaços que essa população, sendo assim, foram obrigados a construir suas casas em cima dos morros, afastados do centro. Mais tarde foi a vez das favelas, Castro (2010) baseado em Valladares (1990) diz que ao passo que as cidades foram crescendo, aumentava o número de imigrantes e as favelas foram ficando pequenas. Esses continuaram sendo marginalizados, considerados perigosos e uma ameaça a população o que levou em 1970 a destruição de 80 favelas no Rio de Janeiro e as que sobraram foram crescendo de forma vertical.

Mais uma o lugar da classe pobre sofreu deslocamento, e como uma tendência, foi se afastando paulatinamente do centro. A criação de periferias “refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez mais para longe da área central da cidade (VALLADARES, 1990, apud CASTRO, 2010, p.50).

Com o desenvolvimento das cidades houve mudanças econômicas e sociais o que acarretou também mudanças na vida da população, contribuindo para o aumento das pessoas que faziam da rua seu lugar de moradia e sobrevivência. Mas essa população que se expandia não foi vista com bons olhos e a partir de então foram aprovadas leis que de repressão e criminalização a esse grupo, pois era visto como perturbadores da ordem.

A população de rua é vista dessa forma, pois sem a referência do emprego formal com registro em carteira, realiza atividades informais, sendo consideradas como improdutivas e inúteis pela ótica do mercado de trabalho capitalista que prega que todos possuem as mesmas oportunidades e, no entanto o que vemos é um mercado baseado no lucro, na exploração que acentua a desigualdade social, sendo a população em situação de rua a prova mais intensa dessa desigualdade.

Esse grupo é visto como um mal, um desvio ao padrão correto, que não foi capaz de alcançar os objetivos sociais, desta forma, os valores da classe dominante são reproduzidos e todo mal causado em prol de seus interesses é justificado pela idéia de que todos possuem as mesmas oportunidades, de que todos são iguais e de que aqueles que não conseguem ascender socialmente, economicamente e emocionalmente são incapazes ou não se esforçaram o bastante (GOMES & SANTOS, 2014, p.7).

A população em geral acaba por reproduzir a ideologia dominante e taxa a população em situação de rua como vagabundas e a considera culpada pela situação que se encontra. A forma como é vista e reproduzida a população em situação de rua pela ideologia dominante acarreta nas mais diversas forma de violência e violações de direitos. Quando não invisível

aos olhos da sociedade, no sentido da naturalização dessa situação, essa população é vítima de atitudes hostil, como é notificado pela mídia e sem contar os inúmeros casos que não são vistos e nem noticiados. A violência física, os vários casos de homicídios, espancamentos, entre outros ataques são casos recorrentes na vida dessa população como forma de higienização das cidades. Como exemplo de higienização/extermínio da população em situação de rua podemos citar a forma como a população foi retirada da rua no período da copa do mundo de 2014 do Brasil. Com o intuito de eliminar o “problema da sociedade”, utilizaram-se de método violento como o recolhimento forçado das ruas, outro exemplo que podemos citar e que foi anunciado pela mídia, foi a Chacina da Candelária que aconteceu no dia 23 de Julho de 1993, na qual oito crianças, das muitas que dormiam nas escadarias ou proximidades da igreja da Candelária que fica no Centro do Rio de Janeiro, foram assassinadas e até hoje não se sabe o motivo, se é que existe motivos pra tão grande crueldade. Poderíamos citar inúmeros exemplos de criminalização sofrida pela população em situação de rua, mas esses exemplos são suficientes para percebermos que a pobreza incomoda a sociedade.

A crueldade contra as pessoas em situação de rua não é recente e é algo recorrente em nossa sociedade. No Brasil a pobreza foi entendida e vista como sinônimo de vadiagem, amoralidade e sempre vinculado à delinquência e à criminalidade e em grande parte da história do país foi tratada como questão de polícia.

O sentimento que as pessoas em situação de rua causaram e ainda causa a sociedade brasileira é o de contrariedade aos bons costumes, sendo assim, é necessário que essa sociedade se proteja dessa população através de políticas de segurança pública e repressão, o que acaba por incentivar a higienização e segregação social. Na entrevista feita para a realização desse trabalho, ao ser questionado sobre as principais ameaças das ruas, todos os entrevistados disseram que é a violência, principalmente por parte da segurança pública que expulsa das praças, espanca e extermina as pessoas em situação de rua.

Mesmo com a Constituição de 1988 que avançou no sentido de reconhecer a população em situação de rua como cidadão, considerando todos iguais perante a lei e de uma política Nacional exclusiva para o atendimento a essas pessoas, ainda hoje essa população sofre invisibilidade social, expulsão compulsória dos locais, ameaças, maus tratos, humilhações, agressões físicas e verbais, chacinas e extermínio. Essa população vive diariamente a violação dos seus direitos, mais ainda, vivência o descaso com a vida.

CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS DIREITOS

Pessoas vivendo nas ruas é um fenômeno que vem ampliando ao longo da história, por vários fatores, como já explanado no capítulo anterior. Aqui, pretende-se avançar na discussão acerca dos desafios postos a essa parcela da população e qual a importância do Movimento Nacional da População em Situação de Rua para avançar nas lutas e garantias de seus direitos, tão violados.

2.1 A LUTA PELA CONQUISTA/GARANTIA DE DIREITOS: A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NESSA LUTA.

Os direitos na sociedade brasileira foram se constituindo dentro de uma estrutura de exclusão. O Brasil foi colonizado pelos portugueses e em seus três primeiros séculos era sustentado pelo trabalho escravo e vivia na dependência de Portugal, que fazia do país um celeiro de seu enriquecimento. A herança de uma sociedade fundada no patrimonialismo trazido de metrópole¹¹ em escravidão formou um país no qual o direito não é resposta as necessidades do povo, mas instrumento de interesses privados.

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes (CARVALHO, 2002, p.45).

Os escravos eram considerados objetos de posse do seu senhor, os quais podiam fazer o que bem entender com eles. Ter escravos nesse período era tão comum que era algo aceito até mesmo para o governo e para a Igreja. Dessa forma não foi possível nos três primeiros

¹¹ A esse respeito, ver FAORO, 2001.

séculos o exercício dos direitos ao passo que a maioria da população não tinha autonomia e nem liberdade, condições necessárias para ter acesso a direitos.

Segundo Couto (2010) o campo dos direitos no Brasil percorreu uma trajetória peculiar, porque foram construídos a partir de uma realidade particular, em uma sociedade marcada pela escravidão e pelo poder nas mãos dos coronéis, ou seja, nas mãos de estrutura privada onde até a defesa das instituições era formada por milícias pertencentes aos donos da terra, aos “donos do poder”.

Para Portugal, interessava a manutenção da ordem e da paz, porém sem uma preocupação com os métodos utilizados para garantir esse *status*. Assim, as milícias eram mantidas pelos “donos do poder” local e tinham a função de guardar as estradas, capturar escravos e fazer respeitar as leis. Desta forma, percebe-se que o poder privado na condução da administração pública está presente desde o Brasil Colônia, com a possibilidade de expandir-se livremente (AVILA, 2013, p. 48).

Para Faoro (2001), a sociedade colonial é dominada por uma minoria, que disciplina e controla os núcleos populacionais, mantendo-se e articulando-se sobre uma estrutura de classe. Para esse autor, a estrutura patrimonialista, definida na expansão marítima e comercial de Portugal é que nutre a ordem burocrática e dos que estão no comando político da Colônia.

Carvalho (2002) afirma que no Brasil “[...] não havia cidadãos. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares” (CARVALHO, 2002, p.24) em forma de benemerência, deixando o trabalho com os que estavam à margem da sociedade nas mãos dos religiosos, sem a interferência do Estado. É devido a essa herança que até hoje os direitos sociais são vistos como filantropia na sociedade brasileira.

De acordo com Couto (2010) a estrutura social brasileira no período colônia e Império que era centralizada no governo e nos grandes proprietários, impediam a circulação de informações e a construção da organização de movimentos coletivos tão essenciais na luta por direitos, pela cidadania¹².

Era comum, em 1800, a proibição de entrada de livros vindos da Inglaterra e da França, por se constituírem em elementos de fomentação da discórdia. As idéias iluministas da Revolução Francesa e as idéias inglesas oriundas da Revolução Industrial eram consideradas indesejáveis, por incitar os

¹² [...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinado (COUTINHO, 2008, p. 50 apud BORBA, 2012, p.95).

trabalhadores, influenciando movimentos inconvenientes para o Brasil (COUTO, 2010, p.79).

Segundo a autora nesse período os interesses dos movimentos sociais¹³ que se formavam estavam voltados apenas para discutir a dependência econômica da Coroa e os pesados tributos. Esses movimentos eram formados em sua maior parte pela minoria letrada, pelos grandes proprietários e pelos representantes da igreja, que tinha grande influência na época, isto é, pela elite brasileira que queria tornar-se independente de Portugal, tendo como objetivo conservar a liberdade de comércio, porém, deixando de fora a maioria da população e com a intenção de continuar mantendo o trabalho escravo, e mais, essa elite brasileira temia as ideias de liberdade e igualdade entre a população. Todas as rebeliões/revoltas que se levantaram, seja de cunho social, racial, política, ou das diversas formas da população mostrar sua inconformidade com a realidade brasileira, foram massacradas pelo poder dominante.

A última e mais séria revolta do período colonial aconteceu em Pernambuco, em 1817. Os rebeldes de Pernambuco eram militares de alta patente, comerciantes, senhores de engenho e, sobretudo, padres. Calcula-se em 45 o número de padres envolvidos. Sob forte influência maçônica, os rebeldes proclamaram uma república independente que incluía, além de Pernambuco, as capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Controlaram o governo durante dois meses. Alguns dos líderes, inclusive padres, foram fuzilados. (CARVALHO, 2002, p.25).

Nessa revolta, segundo Carvalho (ibid), foi mais perceptível alguns traços de uma consciência que começava a nascer em relação aos direitos sociais e políticos. Porém a independência em 1822 não trouxe mudanças radicais à sociedade brasileira, pois além da escravidão e da propriedade rural, o Brasil herdou um Estado que era comprometido com o poder privado.

Entre as décadas de 1889 e 1930, após a abolição da escravatura e com a proclamação da República, segundo Borba (2012) não houve muita modificação em relação ao cenário anterior. Ela afirma que:

Houve um avanço em relação aos direitos políticos, porém a corrupção nos processos eleitorais era imensa, fazendo prevalecer os desejos e os poderes das oligarquias brasileiras, ficando o restante da população à mercê das fraudes e submisso à venda de seus votos em épocas de eleições. Esse período ficou conhecido como a “República dos coronéis”, pois as alianças desse segmento, através dos seus representantes, eram fortes com o Presidente da República. (BORBA, 2012, p.104)

¹³ [...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2011, p. 335)

Somente a partir dos anos 1930, com o processo de industrialização é que houve certo avanço em direção à cidadania, com a intervenção do Estado no campo das ações sociais. Em relação aos direitos civis houve um avanço somente legalmente, mas não foram materializados, pouco se presenciou esses direitos na sociedade. Os direitos políticos foram sendo conquistados pouco a pouco a partir desse período, expandindo o voto para as mulheres, no entanto, Couto (2010) afirma que continuou “a proibição aos analfabetos e mendigos” (COUTO, 2010, p.116). Carvalho afirma que:

Se o avanço dos direitos políticos após o movimento de 1930 foi limitado e sujeito a sérios recuos, o mesmo não se deu com os direitos sociais. Desde o primeiro momento, a liderança que chegou ao poder em 1930 dedicou grande atenção ao problema trabalhista e social. [...] O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. (CARVALHO, 2002, p.110)

Em relação os direitos sociais, apesar dos seus avanços, Couto (2010) afirma que foram restritos quase que exclusivamente a classe de trabalhadores urbanos que conquistaram através de suas organizações alguns direitos trabalhistas. A legislação trabalhista criada nesse período excluía outros trabalhadores, deixando de fora os autônomos, domésticos e todos os trabalhadores rurais, que por não serem sindicalizado, não se beneficiavam da política de previdência, lembrando que as pessoas em situação de rua se encaixavam nesse grupo de excluídos, pois, estes realizavam trabalhos informais que não atendia os interesses dos capitalistas. Segundo Carvalho (2002) “tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilegio e não como direito” (CARVALHO, 2002, p.114). Não podia ser considerado como direito porque não atingia a todos, mas como privilégio porque a cobertura desses direitos era somente para aqueles que o governo decidia, para os que se enquadrava no padrão do sistema vigente. Vale ressaltar que esse foi um período em que o interesse do Estado estava voltado para a regulamentação das relações entre capital e trabalho¹⁴.

Os direitos sociais garantidos pelo governo do Presidente Getúlio Vargas na década de 30 do século passado reproduziram desigualdades na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que o alcance a esses direitos se deu pelas relações estabelecidas nos contratos de trabalho. Aos que ficaram de fora, restou a filantropia associada ao Estado, que continuava por discriminar e tratar a pobreza sob a ótica do fracasso e da não cidadania. São os não iguais,

¹⁴Ver COUTO (2010)

os pobres, os que são privados de qualificação para o trabalho, figura clássica da destituição (BORBA, 2012, p. 63).

O período de 1930 a 1964 foi marcado por um forte controle do Estado sobre a sociedade e pouco espaço para manifestações. O pobre continuou excluído, sendo atendido como não cidadão¹⁵, e as ações direcionadas a esse grupo era de forma totalmente assistencialista. Em 1964 os militares assumiram o poder através de um golpe e tinha como objetivo transformar o Brasil em uma potência internacional. Foi o período conhecido como Ditadura Militar¹⁶ que durou até 1985 e foi baseado em um governo antidemocrático e anticomunista, tendo como característica o uso da força e da repressão a qualquer reação contrária. Couto (2010,) destaca que nesse momento o acirramento da luta de classes estava no centro do conflito e aponta o golpe militar¹⁷ como uma reação das classes dominantes em relação aos movimentos sociais.

E mais uma vez os direitos civis e políticos foram afetados, e os direitos sociais foram utilizados como forma de garantir a governabilidade. Todas as medidas tomadas em relação aos pobres eram visando o controle dessa classe, realizando ações assistencialistas, afirmando o clientelismo e paternalismo de forma limitada e autoritária.

No entanto, toda essa repressão não impediu totalmente a organização dos movimentos sociais que foram ganhando forças na luta por direitos e pela garantia da cidadania. É desse período, mais precisamente da década de 1960 que os estudiosos relatam a iniciativas de organizações sociais das pessoas em situação de rua em algumas cidades brasileiras, que inconformados com a condição de vida que foram submetidos se juntaram para enfrentar o descaso, a discriminação, a violência.

O período da ditadura militar contribuiu para aumentar as desigualdades sociais, que segundo Couto (2010) fez expandir a pobreza devido a péssima distribuição de renda. Até o final da década de 1980 as políticas sociais brasileiras não abrangiam toda a população.

A década de 1980 mostrou um país com enormes dificuldades geradas pela grande concentração de renda e por uma política econômica restritiva do ponto de vista da participação popular na riqueza nacional, que já não se

¹⁵ Era estabelecida uma categoria de indigentes, na maioria das vezes amparados pelas Santas casas de Misericórdia e por instituições caritativas/filantrópicas, ligadas a cunho religioso.

¹⁶ Para o aprofundamento do tema ver , CARVALHO (2002) ,COUTO (2010)

¹⁷ [...] o período que antecede a ditadura militar foi marcado, intensivamente, por manifestações populares que buscavam sustentação para as reformas necessárias à melhoria da qualidade de vida da população. Essas manifestações foram os ingredientes que contribuíram para que o golpe fosse realizado com o apoio das classes médias, das forças conservadoras e dos interesses do capital estrangeiro no país. (BORBA, 2010, p.119).

apontava o crescimento do bolo como estratégia de acumulação da riqueza, proposta pelos governos militares, muito menos falava em sua distribuição, ser uma sociedade extremamente desigual [...] (COUTO, 2010, p. 137)

Mas também foi uma década marcada por grande participação da sociedade que se organizaram através de ONGs, sindicatos, entidades, entre outras organizações para denunciar os governos e exigir a democracia plena. Foi um momento marcante no cenário político brasileiro que resultou na construção de uma nova Constituição. Foi a inauguração de uma nova relação entre Estado e a sociedade, momento de inovações no modelo de proteção social. Somente a partir da Constituição Federal de 1988, resultado das mobilizações da sociedade, é que foi reconhecida uma política social universalista, com a incorporação da cidadania plena. Essa Constituição em seu texto tem como fundamento:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

É inegável o avanço e importância da Constituição Federal de 1988 para a área dos direitos sociais e principalmente da Assistência Social que integra o tripé da seguridade social¹⁸, junto com a Política de Saúde e a Previdência Social. Porém esse avanço constitucional se deu em um momento de retrações no campo social devido as mudanças que vinham acontecendo desde os anos de 1970 na sociedade brasileira com a crise do capitalismo em escala mundial, que resultou na transição do Estado desenvolvimentista para o Estado Neoliberal, com impacto maior a partir dos anos 1990, assunto tratado no primeiro capítulo deste trabalho.

Segundo Gohn (2012) depois das conquistas da população brasileira que resultou na Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais entraram em crise. Na década de 1990 os movimentos sociais, em sua maioria, não mantiveram o vigor percebido nos anos 1980, isso devido as mudanças que ocorreram com o neoliberalismo, em especial após o Consenso de Washington¹⁹.

¹⁸A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL, 1988, artigo 194).

¹⁹O **Consenso de Washington** foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao

No entanto novos grupos foram se organizando e formando novos movimentos sociais. Como citado anteriormente desde os anos 1960 que já se ouvia falar em organizações da população em situação de rua. Nas décadas que se seguiram esta população foi se organizando cada vez mais e com o apoio de algumas organizações sociais realizaram mobilizações e manifestações. Segundo Bartoli (2013) os catadores de materiais recicláveis do Brasil, entre várias pessoas em situação de rua, foi um grupo que aumentou consideravelmente, passando de 150 mil para 500 mil nos anos de 1999 a 2004. Esses trabalhadores catavam, separavam, comercializavam os materiais recicláveis e realizavam suas atividades em galpões, em suas casas e também nos espaços da rua. Baseados em estudos, o autor afirma que a coleta desses materiais é atividade desenvolvida por pessoas em situação de rua entre os anos a 1980 e 1990²⁰ para manter a sua subsistência, presentes até na contemporaneidade.

A organização dessa atividade iniciou-se com a formação de associações e cooperativas de catadores na década de 1990 e ganhou visibilidade com a formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), surgido em 1999. No ano seguinte, a ocupação foi identificada pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e, na primeira década deste século, as manifestações e lutas dos catadores por trabalho e condições de vida contribuíram para a mobilização nacional e internacional do segmento (BARTOLI, 2013, p. 249).

Vítimas de uma sociedade preconceituosa, autoritária, essas pessoas vivenciaram situações de humilhação, precariedade, violência verbal e física. No início do século 21 com a intenção de denunciar as péssimas condições de vida realizaram manifestações e ganharam forças a partir dos congressos latino-americanos que foi realizado no Brasil, Colômbia e Peru, resultado da articulação dos catadores de diversos países que vivenciavam as mesmas condições de vida Bartoli (2013). Nesse congresso foram trocadas experiências e elaboram diretrizes políticas para a organização do segmento. No Brasil o reconhecimento legal da profissão ocorreu em 2002. A partir de então por meio de manifestações públicas, fóruns, parcerias foram se consolidando na intenção de denunciar os descasos enfrentados por esses trabalhadores.

desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin America Adjustment: How Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos. O Consenso de Washington funcionou como um “receituário” das premissas neoliberais na América Latina. Pesquisado em 21/03/2016 - <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>

²⁰Há ainda os que constata sua presença no cenário urbano brasileiro, desde a década de 1950, como parte do cotidiano de pessoas que saíam às ruas, para, por meio da coleta seletiva de resíduos sólidos, garantir o próprio sustento, bem como o de sua família (SILVA, 2006).

Em 2004, na região Praça da Sé em São Paulo, um grupo de pessoas dormia quando foram surpreendidos por agressores que agrediram brutalmente quinze pessoas em situação de rua. Dessas quinze, sete morreram e oito ficaram feridas. Esse episódio de barbaridade “foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do País” (BRASIL, 2010, p. 29). Inconformados com essa situação grupos das cidades de São Paulo, e Belo Horizonte iniciaram mobilizações com a intenção de materializar um movimento organizado e em 2005 pessoas em situação de rua de Belo Horizonte foram convidados para participarem do 4º Festival de Lixo e Cidadania. Essas pessoas mobilizaram os companheiros de outras cidades (São Paulo, Bahia, Cuiabá, Rio de Janeiro) e nesse encontro fundaram o Movimento Nacional da população de Rua.

O Movimento Nacional da População de Rua tem como bandeira de luta a busca pela cidadania por meio de trabalho digno, salários suficientes para o sustento, moradia digna e atendimento à saúde (BRASIL, 2010). O MNPR avançou em sua luta, e no dia vinte e quatro de dezembro de 2009, foi instituída a Política nacional para a população em situação de rua pelo Decreto de nº 7053.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua surgiu em 2004 e desde então tem conquistado espaço na construção de políticas públicas a favor desta parte da população e exigências de direitos básicos que nunca foram concretizados. Em entrevista realizada pelo Conselho Regional de Serviço Social, 5ª Região, Bahia, um dos líderes deste movimento na Bahia expõe que:

O movimento de População de Rua é um coletivo de pessoas com interesses comuns, que lutam contra a violação de seus direitos econômicos, sociais, civis e culturais. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua surgiu em 2004 e desde então tem conquistado espaço na construção de políticas públicas a favor desta parte da população e exigências de direitos básicos que tempos atrás nunca foram concretizados. A atuação deste movimento se dá através de luta organizada em defesa dos direitos e por políticas públicas, para a população que está em situação de rua, foi o caminho escolhido pelo Movimento Nacional da População de Rua para combater as violações de direitos e buscar condições dignas de vida e direito de todo cidadão. Dessa forma podemos afirmar que o MPR surgiu para enfrentar os riscos na rua. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana (Verinilson Lima, 21 e 22 de março, 2016)

Essa afirmação, vem fortalecer a importância da articulação política da população que vive em situação de rua, na garantia, avanço e efetivação de seus direitos.

2.2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Historicamente as políticas públicas sociais brasileiras se caracterizaram por oferecer cobertura somente aos que se encontravam no mercado de trabalho, e aos que não estavam incluídos nesse mercado sobrava a caridade e a criminalização dos seus comportamentos através das políticas públicas de segurança, que ao invés de cumprir o seu papel de proteger os pobres, punia-os de forma severa.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu artigo XXII já afirmava que:

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Sendo assim, podemos afirmar que toda pessoa que está em situação de rua é um cidadão e desde o seu nascimento já faz parte como membro da sociedade, logo, a declaração acima está também voltada para a proteção dessa população, sendo cidadãos de direitos que devem ser garantidos através da materialização das políticas públicas. “Política Pública é uma ferramenta que deve concretizar os direitos na vida das pessoas. Pouco adianta existir o direito à moradia, ao trabalho ou à saúde, se o Estado não diz como irá concretizá-los” (BRASIL, 2010, p.19).

No Brasil, somente a partir da Constituição Federal de 1988, após várias organizações e mobilizações da sociedade, é que houve mudanças significativas em relação aos direitos dos cidadãos. Seus artigos 5º e 6º expressam:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” e em seu artigo 6º declara que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988, artigo 5º e 6º).

Portanto, a população de rua como parte integrante da população brasileira, tem alguns direitos reconhecidos²¹ na Constituição que devem ser garantidos pelo Poder Público, através

²¹ A Constituição e outros dispositivos legais reconhecem a existência dessa população, entretanto, salienta-se que esta parcela da população vive em condições de extrema vulnerabilidade e exclusão social. Estes direitos são apenas um mínimo reconhecido pelo Estado e que para a sua garantia muitos desafios estão postos.

de políticas públicas destinadas à população como um todo, entretanto, torna-se mais específica às pessoas que estão em situação de rua, quando a CF de 1998 em seu fundamento, traz a erradicação da pobreza, da marginalização e redução das desigualdades sociais, considerando que essa população vive com mais intensidade essa situação.

No entanto, a história é testemunha de que a proteção social no Brasil, por muito tempo beneficiou apenas a classe de trabalhadores urbanos através da previdência social e somente a partir de 1988 com a Constituição é que os benefícios não contributivos, como a saúde e a assistência estenderam a todos os trabalhadores. A proteção social fora organizada e reestruturada, passando a ter novos princípios e diretrizes, recebendo um novo conceito, o de seguridade social sendo formada pelo tripé: previdência social, saúde e assistência social.

Foi ampliada a cobertura do sistema previdenciário, para trabalhadores urbanos e rurais e flexibilizou o acesso aos benefícios para todos os trabalhadores inseridos em relações formais e estáveis de trabalho, tendo acesso à previdência social. Sendo o trabalho formal porta de acesso aos serviços da previdência social, exclui automaticamente a maioria das pessoas em situação de rua, uma vez, que são pouquíssimos os indivíduos integrantes dessa população que conseguem acessar proteção social via previdência social, ao passo que a maioria não está ligada a trabalhos formais com carteira registrada.

O sistema público de saúde brasileiro, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, também trilhou caminhos de exclusão e de centralização, atendia somente os indivíduos que contribuam com a Previdência Social, isto é, aqueles que possuíam carteira de trabalho assinada. Em meados dos anos 70, aconteceu o Movimento da Reforma Sanitária, fruto das mobilizações populares contra o regime ditatorial, que surgiu como uma proposta de mudança na concepção de saúde. E nos anos 80 com a CF 1988 consolidou a universalização do atendimento à saúde por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), trazendo transformações, reconhecendo-o como direito social e definindo novos paradigmas para a ação do Estado na área, expressos nos artigos 196 e 198:

Art. 196 - o direito à saúde deverá ser garantido "mediante políticas econômicas e sociais que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", reconhecendo, por conseguinte, a múltipla determinação e a estreita relação da saúde com o modelo de desenvolvimento; • Art. 198 - as ações e serviços públicos de saúde serão organizados em uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único de saúde, de acordo com as seguintes diretrizes: o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; a descentralização com direção única em cada esfera

de governo e a participação comunitária (BRASIL, 1988, artigos 196 e 1998).

A partir de 1988, a Assistência Social também passou por mudanças significativas, sendo reconhecida como política pública não contributiva.

Em 1993 foi aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de nº 8.742 que regulamentou os artigos 203 e 204, no capítulo II da seguridade social descrita na Constituição Federal, transferindo a assistência social para o campo dos direitos, reconhecendo-a como política pública, direito do cidadão e dever do Estado que deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, art. 203).

E em seu artigo 204, sobre as ações governamentais na área da assistência social, na CF 1988 constata que serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social e tem como diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988, art. 204)

Com a regulamentação da LOAS em 1993, muitas mudanças vêm sendo cobradas na maneira de intervenção das instituições, em relação a forma como são atendidas à população em situação de extrema vulnerabilidade, como a população em situação de rua, na tentativa de superar as práticas assistencialistas que estão fortemente vinculadas aos programas de atendimento à essa população e ofertar atendimentos baseado na cidadania, reconhecendo-as pessoas como sujeitos de direitos.

As visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumavam restringir-se às pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de “higienização social”. Essas perspectivas não poderiam dar conta do complexo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e das tantas outras esferas de que estão apartadas (BRASIL, 2008, p.4).

A fim de materializar a LOAS, em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que tem um caráter universal e a responsabilidade de assistir a sociedade por meio de programas, projetos, serviços e benefícios deve atender as famílias em situação de vulnerabilidade social (renda, idade, deficiência, a criança e adolescente, entre outras). A PNAS tem um modelo de gestão que é único nacionalmente que acontece por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implantado em 2005 através da resolução de nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e instituído legalmente com a alteração da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). O SUAS,

[...]é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços da Assistência Social no Brasil. Instituído para garantir proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice, visando à redução de danos e prevenção de vulnerabilidades e risco social, organiza suas ações através da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial (BRASIL,2012, p.3)

A Política Nacional de Assistência Social ampliou a assistência social, incluindo, conforme predispõe a LOAS, além dos considerados inaptos para o trabalho, os contingentes de trabalhadores desempregados, subempregados que, mesmo aptos para o labor, são vítimas do sistema econômico vigente que os levam a situação de vulnerabilidade e risco social.

A CF de 1988 foi marco inicial para a transformação e para a tentativa em tese de igualar a todos, um movimento de luta desde a república até culminar na reestruturação da democracia, em todos estes períodos, as políticas e leis vigentes em tempos e tempos preconizavam as leis vigentes internacionais e mantinham a classe trabalhadora e os indigentes ou simplesmente sem trabalho em situação de bem-estar e não de garantia de seus direitos como cidadãos, sempre visando o máximo para o capital e o mínimo para o social, pois, assim, são as regras de uma economia neoliberal [...] (DIAS, 2015, p. 9).

Mesmo com a alteração em relação a proteção social a partir da Constituição Federal de 1988 que reconheceu que todos são iguais perante a lei (artigo 5º), as pessoas em situação de rua continuaram vivenciando processos intensos de exclusão, ao passo que a grande maioria dessas pessoas não conseguiram acessar a previdência, nem a assistência social e nem a rede de saúde. Dessa forma podemos afirmar que a população em situação de rua tem vivenciado a desproteção social, uma vez, que as políticas sociais implementadas não são capazes de abranger essas pessoas.

Com a intenção de superar esse quadro, o Movimento Nacional de População de Rua, organizado a partir de 2005, lutou nos níveis de governo Municipal, Estadual e Federal pela formulação e implementação de políticas públicas que pudesse abranger a população de rua

enquanto segmento populacional. Em 2005 a LOAS por meio da Lei nº 11.258, recebeu alteração do parágrafo único de seu art. 23, que retrata sobre a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua e a PNAS (2004) reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS declarando que “no caso da proteção social especial à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (BRASIL, 2004 p.37).

Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou o I Encontro Nacional da População em Situação de Rua, que teve como objetivo analisar a realidade da vida das pessoas em situação de rua no Brasil e discutir estratégias e diretrizes para a construção da política nacional para a inclusão social dessas pessoas, e em 2009 o MNPR teve uma de suas conquistas mais expressivas, a aprovação do Decreto de Nº 7.053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e também o Comitê Intersetorialidade, Acompanhamento e Monitoramento.

A presente Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo (BRASIL, 2008, p.4)

Essa conquista traz o reconhecimento de direitos sociais específicos e em nível nacional a um grupo historicamente excluído, estigmatizado.

A Política Nacional Para a População em Situação de Rua estabelece, através de seus princípios, diretrizes e objetivos, a integração entre as políticas públicas federais, estaduais e municipais e as ações desenvolvidas pela sociedade, de forma que elas atuem juntas, sistematizadas e voltadas para esse segmento até então esquecido [...] (ARAÚJO, 2012, p.41)

As ações da PNPR deve se integrar às ações da PNAS, dos órgãos de defesa de direitos e políticas públicas de saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar, compondo uma rede de ações que vise resultados que fortaleça a autonomia e potencialidade da população em situação de rua, visando a construção de novas trajetórias de vida.

No próximo capítulo falaremos sobre o processo de desenvolvimento da cidade de Feira de Santana/Ba, traçando o perfil da população em situação de rua da cidade e fazendo a análise dos dados levantados na pesquisa realizada para a efetivação desse trabalho.

CAPÍTULO 3 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Nesse capítulo abordaremos o processo histórico que originou a cidade de Feira de Santana, partindo da Fazenda Olhos D'água ao perfil contemporâneo, destacando a rua Barão de Cotequipe, a qual é ponto de encontro de algumas pessoas que se encontram em situação de rua, dentre eles, os oito colaboradores dessa pesquisa. Apresentaremos também os dados gerais da pesquisa sobre a população em situação de rua de Feira de Santana, realizada entre os anos de 2013 à 2015, pelo sociólogo Eliab Barbosa Gomes e o professor Carlos César Barros com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e a Universidade Estadual de Feira de Santana e finalmente traremos os principais resultados da pesquisa sobre a percepção das pessoas em situação de rua acerca dos seus direitos e a efetivação dos mesmos.

3.1 - FEIRA DE SANTANA: MODERNIDADE E CONSEQUÊNCIAS

Feira de Santana é um município brasileiro do Estado da Bahia, situado em torno de 108 quilômetros da capital, Salvador, ligadas através da BR-324, e é considerada a segunda cidade mais populosa do estado e maior cidade do interior da Bahia.



Figura 01- Localização do Município de Feira de Santana

Fonte: IBGE.

Segundo Oliveira (2008) as primeiras histórias da cidade de Feira de Santana, remete-se as sesmarias de Tocós, cujas terras foram doadas, uma parte, em 1609 para Antônio Guedes de Brito, e a outra que compreendia a região de São José das Itaporocas, Jacuípe e água Fria, foram adquiridas por João Peixoto Viegas²². São José das Itaporocas foi povoado pela família Peixoto Viegas e segundo Oliveira (ibid) “situava-se em meio à estrada do Alto Sertão e era pouso obrigatório do caminho para São Francisco ou para as minas de ouro de Jacobina”(OLIVEIRA, 2008, p.38). No final do século XVII depois da morte João Peixoto Viegas, a propriedade foi dividida em fazendas.

O casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão adquiriram a fazenda que recebia o nome de Olhos D’água, nome recebido devido as muitas nascentes que tinha no lugar. A fazenda era ponto de entroncamento e servia como local para pernoite de tropeiros, que vinham de várias regiões do país e do alto sertão da Bahia com destino ao Porto de Cachoeira, Salvador e Santo Amaro. Os donos da fazenda eram católicos e construíram uma capela para Nossa Senhora Santana²³ e São Domingos. Foi em torno dessa capela que na segunda metade do século XVIII foi organizado o povoado Santana dos Olhos D’água.

Em pouco tempo, algumas pessoas começaram a se fixar na região, visando o pequeno comércio oriundo da passagem dos vaqueiros, surge assim, uma feira de gado e um comércio paralelo de alimentos e outros produtos essenciais à sobrevivência dos viajantes, durante seu longo percurso, e à dos moradores da região (SANTO, 2003, p.11).

As primeiras medidas para transformar o povoado em cidade aconteceram quando em 1833, o povoado foi elevado a vila (Vila do Arraial de Feira de Santana), sendo seu território desmembrado de Cachoeira. A aglomeração de pessoas foi tomando maiores dimensões dando origem a uma grande feira-livre que serviu de base para o crescimento da cidade e para o desenvolvimento econômico local. A feira deu grandes resultados, os negócios foram crescendo, dando grandes lucros e riqueza, e em menos de um século o povoado foi transformado em uma densa cidade do interior baiano.

Em 1940, Feira de Santana já apresentava sinais de grande aglomeração, com uma crescente concentração populacional impulsionada por um fluxo migratório, principalmente no sentido campo-

²² Antônio Guedes de Brito e João Peixoto Viegas eram criadores de gado, sendo o primeiro um dos maiores criadores da província da Bahia, e o segundo desempenhou atividades públicas se destacando também nas atividades econômicas e na prática de sertanista (Oliveira, 2008)

²³ Hoje padroeira da cidade.

cidade, que crescia continuamente. O desenvolvimento urbano de Feira de Santana ocorrera em meio à feira livre.

Assim, desde as primeiras venda de uma palha para cigarro, um dedo de água ardente, um pequeno pão, uma rapadura; ainda quando a cidade era apenas o arraial de Sant'Ana, até o estabelecimento de grandes casas comerciais e residenciais, hospedarias e serviços nas primeiras décadas do século XX, a feira e o comércio estruturado ao seu redor procurava responder à uma demanda crescente e diversificada, sedentária e flutuante, provenientes de regiões vizinhas e de outros estados nordestinos (OLIVEIRA, 2008, p.46).

A atividade comercial foi essencial para a estruturação de Feira de Santana que ficou conhecida como uma cidade do comércio. Com a construção e implantação de várias BRs nos anos de 1950 o comércio da cidade de Feira de Santana ganhou força, devido ao fato da cidade estar situada em uma região estrategicamente, possuindo o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, o que lhe proporcionava vantagens em relação a outras cidades do interior da Bahia.

O rápido crescimento vivenciado por Feira de Santana, apesar de positivo em alguns aspectos (principalmente o econômico), também contribuiu para o crescimento dos problemas sociais que se deu com o crescimento exagerado da urbanização e pelas novas relações de trabalho. A oferta de emprego pelas indústrias não foi suficiente para atender à demanda, que acarretou no aumento do nível de baixa qualidade do mercado de trabalho, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais. Assim, ao mesmo tempo em que a posição geográfica intermediária, o fluxo migratório, e outras atividades comerciais contribuíram para o desenvolvimento de Feira de Santana, também foram fatores que contribuíram para que a cidade se deparasse com os problemas sociais como a mendicância, a violência, entre outros.

Pereira (2008) ao falar sobre a pobreza no Brasil diz que “Diferente das outras sociedades, a cidade (as modernas metrópoles e megalópoles) apresenta um fenômeno específico: é construída e sustentada por múltiplas contradições que residem em seu interior” (PEREIRA, 2008, p.42). Ao mesmo tempo em que as cidades se destacam por seus monumentos luxuosos, nos deparamos com pessoas vivendo em absoluta miséria, fazendo das calçadas lugar de dormida e lutando dia a dia para sobreviver, isto é, fazem das ruas seu lugar de moradia e sobrevivência.

Assim como outras cidades, Feira de Santana a partir do final século XIX vivenciou o processo de industrialização²⁴ e com ele, o aumento das desigualdades sociais, enquanto se transforma em uma cidade moderna, as ruas presenciavam o aumento da pobreza. Feira foi reconhecida como a Princesa do Sertão, mas também como a cidade dos mendigos²⁵.

Oliveira (2008) afirma que, além dos hábitos, os espaços localizados no centro da cidade sofreram modificações por causa do processo da consolidação comercial da cidade. O autor diz que Boaventura²⁶ foi um dos responsáveis pela elaboração das representações sobre a cidade de Feira de Santana e seus espaços. Ele tanto criticou a perda da fisionomia sertaneja da cidade, como construiu, através de seus poemas, representações sobre alguns espaços da cidade de Feira de Santana. As ruas localizadas no centro da cidade inspiraram Boaventura, que traduziu em versos sua percepção sobre o cotidiano dos moradores e das pessoas que transitavam pelas ruas, os quais colaboravam para definir o território da cidade. Entre seus poemas sobre os espaços do centro de Feira de Santana, destacaremos o poema sobre a rua Barão de Cotegipe publicado em 1930:

Poema leve da rua

A tarde está parecendo àquela violenta enorme
que ela me deu...
Dentro do lirismo virgilano
da tarde solferine,
há sorrisos claros de beatitudes, bailando brincando
desfeito no ar leve, leve...
A rua larga é assim
feito a gargalhada enlourecida da tarde
há meninos ricos tentando
estragar o céu com pequenas bolas de borrachas
Meninas ricas também,
quelêem revistas
em cadeiras de vime na calçada.
A tarde está vendo tudo, tudo,
e sorrindo...
No fim da rua, aquela menina orgulhosa
está dizendo que interpreta Villa Lobos
E a tarde foi um suspiro levíssimo de um sonho...

²⁴ Segundo Lima (2009) A indústria surge em Feira de Santana no final do século XIX, como atividade marginal à pecuária e as manufaturas artesanais, o beneficiamento do fumo e peles de animais, devido ao fácil acesso as matérias-primas e os incentivos fiscais, além da infra-estrutura social e econômica que o município dispõem e somente em meados do século XX é que a indústria começa a se expandir.

²⁵ Historicamente na sociedade brasileira as pessoas em situação de rua são vistas como mendigos.

²⁶ Poeta baiano de Feira de Santana.

É na rua da cidade que a vida cotidiana acontece: os lugares de trabalho, de residência, os lugares de distração, de encontros. Na rua podemos encontrar todo tipo de gente, nela se misturam as diferentes classes e camadas sociais. No entanto, segundo Ueda (2006) “do ponto de vista econômico, a rua pode se converter em um diferenciador social - de frustração e privação uma vez que nem sempre podemos consumir tudo que se oferece nela” (ibid, 2006, p.143).

A rua, segundo Lefebvre (1971, p.94), se repete e muda como a cotidianidade. Ela representa, na nossa sociedade, a vida cotidiana - os lugares de trabalho, de residência, os lugares de distração. Ela é mais que um lugar de passo, de interferências, de circulação e de comunicação. É, pois, tudo, ou quase tudo: o microcosmo da modernidade (UEDA, 2006, p.143).

Segundo Oliveira (2008) “A Rua Barão de Cotegipe era uma área residencial, com construções de médio e grande porte, havendo também algumas chácaras [...]” (OLIVEIRA, 2008, p.152). A autora afirma que o poema de Boaventura traz a ideia de um lugar sossegado, dando a ideia de ainda não ter sido construído as casas comerciais e nem ser afetada pela agitação dos centros urbanos.

Atualmente a Rua Barão de Cotegipe, situada no centro da cidade, no fundo do Tênis Feira Clube²⁷ é testemunha das várias transformações ocorridas em Feira de Santana. A rua que antes era uma área residencial deu lugar a várias funções comerciais. Ao decorrer da rua podemos encontrar: consultórios, lojas, supermercado, clínicas, estacionamentos privados, bancos, escolas, restaurantes, mas também encontramos várias barracas de vendedores informais. Por ela passa pessoas de diferentes camadas sociais, desde os mais ricos, aos mais miseráveis, é nela que no decorrer do dia também encontramos pessoas em situação de rua, desenvolvendo suas atividades e fazendo ponto de encontros.

No próximo tópico falaremos sobre os invisíveis que perambulam em Feira de Santana, traçando o perfil destes, baseado na pesquisa realizada pelo sociólogo Eliab Barbosa e pelo professor Carlos César, e também abordaremos brevemente sobre o surgimento do Movimento de População de Rua em Feira de Santana e sua luta pela garantia dos direitos desses cidadãos.

3.2 . QUEM SÃO OS INVISÍVEIS QUE PERAMBULAM NO CENTRO DE FEIRA DE SANTANA?

²⁷ Foi um clube de 15 mil metros quadrados de piscinas, área de show, ginásio de esportes, salão de festas e outras áreas que eram frequentadas principalmente pelas elites feirenses de meados do século XX até o início dos anos 2000. O Clube foi arrematado em 2013 e deu lugar há um estacionamento privado.

Apesar de suas particularidades, Feira de Santana se desenvolveu como qualquer outra cidade brasileira. Desde as suas primeiras histórias, foi um lugar que atraiu pessoas de várias regiões, aumentando com o processo de industrialização. Por ser uma cidade de entroncamento rodoviário e uma cidade comercial, atraiu imigrantes de várias regiões. Uma grande aglomeração de pessoas foi tomando conta da cidade que não foi capaz de absorver com a mesma velocidade, no mercado de trabalho. Algumas pessoas conseguiram entrar no mercado de trabalho formal, outras só conseguiram trabalho no mercado informal, com baixa remuneração e outros não conseguiram trabalho, estes, tiveram que fazer das ruas seu lugar de moradia e sobrevivência.

Atualmente em Feira de Santana, as pessoas em situação de rua se encontram espalhadas em vários espaços, com incidência maior no centro da cidade. Diariamente nos deparamos com essas pessoas, entretanto, pouco ou nada sabemos sobre elas. Essas pessoas possuem origens sociais, culturais e trajetórias de vida diferentes. Reis (2012) diz que:

[...] é possível afirmar que quando nos referimos às pessoas em situação de rua estamos falando de um segmento populacional composto por cidadãos que possuem origens sociais, culturais e trajetórias de vida diversificadas, porém as particularidades que os assemelham é que em determinado momento do curso de suas vidas alguma adversidade os atingiu, deixando-os em condição de extrema vulnerabilidade social passando a utilizar as ruas, espaços precários/abandonados ou albergues como sua alternativa de moradia e de sobrevivência. (REIS, 2012, p.12).

A pesquisa (2014/2015) realizada pelo professor Eliab Barbosa Gomes e o professor Carlos César Barros em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Universidade Estadual de Feira de Santana traça o perfil da população em situação de rua da cidade de Feira de Santana - BA. Os resultados da pesquisa são semelhantes aos resultados de outras pesquisas consultadas para a realização desse trabalho, voltadas para as variáveis: sexo, idade, escolaridade, proveniência, vínculos familiares, atividades ocupacionais, motivos que levou às ruas, entre outras.

Como observado em outras pesquisas realizadas em outras cidades, uma das principais características da população em situação de rua é a presença predominante masculina. Segundo os pesquisadores 90,14% da população em situação de rua de Feira de Santana são do sexo masculino e 9,86 do sexo feminino. Dados que de acordo os pesquisadores podem ser compreendidos pelos fatores culturais, levando em consideração que o nosso país, em geral, apesar das mudanças que ocorreram, ainda atribui aos homens a responsabilidade pelo

sustento da casa, estes, no entanto, ao passo que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, acabam por se envolver com álcool e outras drogas ilícitas, entram em conflito com a família e acabam indo morar nas ruas.

Em relação a idade, a pesquisa demonstra que a média dos entrevistados é de 33,17 anos. A faixa etária alcançada pela pesquisa foi de 18 a 74 anos, sendo que 77,47% dos entrevistados possui entre 20 a 40 anos, o que nos leva afirmar que o desemprego é um fator importante na condição dessas pessoas, visto que é uma faixa etária propícia a atividade profissional.

Outro aspecto observado na configuração do perfil da população pesquisada foi o grau de escolaridade, revelando que 73,94% da população em situação de rua em Feira de Santana sabe ler e escrever. Os dados demonstram que do percentual geral 26,06% não sabem ler nem escrever, 26,06% lê e escrevem, 19,01% tem o ensino fundamental incompleto, e 19,01% afirmaram ter o fundamental completo, 7,04% tem o ensino médio incompleto e apenas 2,11% tem o ensino médio completo, 0% superior incompleto e apenas 0,7% tem o superior completo. Esses dados, segundo os pesquisadores, são fatores que implicam na dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

No que se refere a origem das pessoas em situação de rua de Feira de Santana, é cada vez menor a participação de pessoas vindas da zona rural, isso devido as transformações histórica que a partir dos anos de 1990 a sociedade brasileira vem passando, muito bem descrita por Silva (2009) em seu livro *Trabalho e população em situação de no Brasil*. Cerca de 65,5% dos entrevistados de Feira de Santana são provenientes da zona urbana, 33,8% são provenientes da zona rural e 0,7% de outro país. Sendo que 74,85% são do estado da Bahia e de outros estados 24,45%²⁸. Os declararam ser estado da Bahia 52,83% são da região metropolitana de Feira de Santana, 15,09% são provenientes da cidade de Salvador e 32,08% de outras cidades. Silva ao traçar o perfil da população em situação de rua nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre nos anos de 1995 à 2005, afirma que:

Os dados de todas as cidades sobre a origem da população em situação de rua revelam que os problemas inerentes às metrópoles no capitalismo contemporâneo, como o aprofundamento do desemprego, das desigualdades sociais e pobreza, são determinantes na produção do fenômeno na atualidade. Revelam também que houve a redução do peso do chamado êxodo rural na produção do fenômeno no quinquênio do período estudado (SILVA, 2009, p. 156)

²⁸Os outros estados foram: São Paulo, Alagoas, Ceará, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio grande do Sul, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte.

Em relação aos vínculos familiares a pesquisa demonstra que a maioria dos entrevistados são solteiros 64,79%, sendo que 8,45% se declaram separados, 4,23% viúvos, 3,52% divorciados, 9,86% casados, 8,45% são juntos e 0,7% dizem ter outros vínculos familiares. Desses entrevistados 69,72% responderam que viviam só e 28,88% vive com alguém e 1,4% não responderam. Entre os que disseram viver com alguém 28% afirmaram viver com a família, 48% com companheiros e 24% dizem viver em grupo. Segundo os pesquisadores alguns dados em relação aos vínculos familiares não coincidem, porque nem sempre as respostas dos entrevistados eram coerentes. 90,85% dizem possuir família, destes 49,50% respondeu que a família é da região de Feira de Santana, 27,12% de outros municípios e 23,38% a família é de outro estado, já 6,34% dizem não ter família e 2,81% não responderam.

A pesquisa demonstra que várias são as causas que levam as pessoas as ruas. Ao serem questionados quais os reais motivos que levaram os entrevistados a abandonar a família e viver nas ruas 30,99% declararam que foi as drogas, 23,24% responderam que foram conflitos familiares, 17,61% perda de parentes próximos, 3,52% saíram para procurar trabalho e não encontraram. 9,86% apontaram a questão da separação do cônjuge como principal motivo, 7,75% relaciona à condição financeira, 2,11% não souberam responder, 2,11% responderam que foi devido o preconceito enfrentado pela família que não aceitaram a sua orientação sexual, 2,11% disseram que a polícia tomou o dinheiro e os documentos, 2,11% foram por influências de amigos, 3,52% não conseguiram prosseguir viagem e 2,82% se habituaram a viver nas ruas.

Muitas dessas pessoas que hoje se encontram em situação de rua, tem alguma profissão/ocupação a qual exercia antes da situação de rua. Dos entrevistados 90,14% disseram ter uma profissão e apenas 9,86% disseram que não tinham. Entre as profissões se destaca: pintor, servente, mecânico, pedreiro, vendedor ambulante, lavador de carro, doméstica, diarista, motorista, cabeleireiro, serviços gerais. No período da entrevista, desses apenas 47,89% disseram estar trabalhando e 52,11% não estavam trabalhando. Dos que disseram estar trabalhando apontaram o trabalho como flanelinha, ajudante de pedreiro, descarregador de caminhão, reciclagem, pintor, vendedor ambulante.

Segundo Edcarlos Venâncio, representante do Movimento População de Rua núcleo feira de Santana, até o ano 2011 as ações voltadas para essa população eram realizadas de forma assistencialista por uma ONG e instituições religiosas, e tinha apenas uma casa de

passagem²⁹ que o governo pagava uma parte dos custos. Com a formação do Movimento População de Rua Núcleo Feira de Santana algumas ações foram realizadas, dando os primeiros passos na luta para que a população em situação de rua seja reconhecida como cidadãos de direitos. O Movimento População de Rua Núcleo Feira de Santana, surgiu quando Edcarlos Venâncio, que já desenvolvia atividades junto ao Movimento População de Rua de Salvador, retornou em 2011 para Feira de Santana, sua cidade natal, com o desejo de fazer algumas reflexões junto a população em situação de rua, e com o objetivo de fazer com que essas pessoas se compreendam como sujeitos de direitos. Os primeiros passos para a consolidação do Movimento População de Rua em Feira de Santana, segundo Edcarlos, foi a aproximação pautada no diálogo em especial com a população em situação de rua³⁰, em seguida com o poder público, seguindo da implantação de algumas ações.

Hoje o Movimento é formado por ex- moradores de rua, por pessoas que ainda estão em situação de rua e por militantes, contando com o apoio de algumas parcerias. Tem como objetivo lutar para a efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua, e mostrar para cada uma delas, a partir da convivência, que são cidadãos e cidadãs de direitos e que elas podem ser protagonistas da sua própria história.

Cinco anos se passaram, e algumas ações foram implantadas, entre elas podemos citar a implantação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais; Os serviços de abordagem social que devem ser ofertado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS ou pelo CentroPOP; além desses serviços conquistados através de lutas, a cidade de Feira de Santana disponibiliza também de outros serviços voltados para a população em situação de rua: Restaurante Popular, duas casas de passagens, Consultório na Rua, Projeto Qual é o meu lugar e o Projeto Somos Invisíveis.

Na cidade de Feira de Santana existem mecanismos legais que visam a proteção da população em situação de rua, além da Constituição Federal de 1988 que assegura a proteção social para a população em vulnerabilidade social e o Decreto 7.053 de 23 de Dezembro de 2009, existe também a Política Municipal para a população em situação de rua, instituída pela Lei de nº 3482 de 28 de Outubro de 2014. Essa foi mais uma conquista da luta do Movimento População de Rua Núcleo Feira de Santana.

²⁹ Casa de passagem conhecida como Alabastro, que era mantida em parte com recursos próprios e a outra parte com recursos do governo. Atualmente essa casa de passagem se encontra fechada.

³⁰ Edcarlos afirma que a primeira conquista do Movimento População de Rua Núcleo Feira de Santa foi saber que boa parte dessas pessoas em situação de rua sabe da existência do Movimento

O Movimento realiza um trabalho pautado no diálogo tanto com as pessoas em situação de rua, como com o poder público e com as instituições que fazem trabalho de convivência com essas pessoas, com o objetivo de contribuir para a dignidade das mesmas e pela efetivação dos direitos.

Durante a semana o Movimento População de Rua realiza várias ações e entre essas ações destacamos o momento de convivência, realizado as sextas-feiras a partir das 6:30, acompanhado do Café da Manhã, realizado em frente o restaurante Irmãos Coragem que fica na Rua Barão de Cotegipe³¹ e tem como objetivo partilhar uma convivência maior, para que os laços sejam fortalecidos, a fim de trabalhar a autonomia desses sujeitos, declarando que são sujeitos de direitos.

A pesquisa realizada para esse trabalho foi feita com pessoas em situação de rua que participam desse café. No período da pesquisa cerca de dez à quinze pessoas participavam desse momento, hoje esse número ultrapassa a vinte. A seguir apresentaremos o resultado da pesquisa.

3.3.O DISCURSO DOS INVISÍVEIS NO CENTRO DE FEIRA DE SANTANA (PERCEPÇÕES ACERCA DOS DIREITOS E SEU EXERCÍCIO)

Para consolidar os dados para esta pesquisa, foram entrevistadas oito pessoas adultas em situação de rua com idade entre 25 e 48 anos, destes, sete são homens e apenas uma é mulher e que tem entre cinco meses à dezoito anos em situação de rua. Mas afinal quem são essas pessoas? O que os levaram as ruas, quais características têm em comum? Qual a percepção deles em relação ao acesso e efetivação dos seus direitos, afinal que direitos são esses?

Para manter sob sigilo e preservar a identidades das pessoas entrevistadas, optamos por usar nomes fictícios, pra evitar que estes venham sofrer retaliações posteriormente.

O público-alvo são pessoas em situação de rua que se espalham pelo centro da cidade de Feira de Santana, e que apesar de trajetórias de vida diferentes, possui em comum a pobreza e a rua como espaço de moradia e sobrevivência. Essas pessoas participam do Café da Manhã proporcionado pelos integrantes do Movimento de População de Rua Núcleo Feira de Santana, que é realizado as sextas-feiras, a partir das 6:30, com o objetivo de consolidar os laços e aproximar através da convivência, e como forma de identificar algumas demandas e indicar os caminhos que devem ser percorridos para resolvê-las.

³¹ A escolha do local se deu por causa de uma maior concentração de pessoas em situação de rua nesse espaço.

João tem quarenta e oito anos, é pai de quatro filhos, cursou até o oitavo ano do ensino fundamental e está em situação de rua em torno de cinco meses. Segundo ele o principal motivo que o levou a essa situação foi o desemprego que também contribuiu para a sua separação da esposa. Ele diz que ainda mantém vínculos com a família, e quando não dorme nas ruas, dorme na casa de uma das suas irmãs, a única que segundo ele lhe dá apoio. João diz que “Viver nas ruas é muito ruim, porque não tem apoio de ninguém, precisa se virar para se manter, para comer e dormir”. Antes das ruas, João afirma que trabalhava em uma concessionária e atualmente trabalha como biscate fazendo serviços de pagamentos de bancos e lotéricas.

Com apenas vinte e cinco anos de idade, há oito anos, Marcos se encontra em situação de rua. O principal motivo para fazer das ruas espaço de moradia, se deu devido a fragilidade dos laços familiares que aconteceu por causa do uso de drogas. Ele estudou até o oitavo ano do ensino fundamental e atualmente para sobreviver trabalha como flanelinha. A sua profissão antes da situação de rua, era segundo ele, ajudante de pedreiro e “ganhava muito dinheiro”, diz o entrevistado. Marcos considera a vida nas ruas muito difícil:

Todo dia é uma briga, uma guerra... com polícia, com segurança e até mesmo com outros moradores de rua. Todo mundo dorme escondido, ou as vezes em grupo, todo mundo cheio de queixas. (MARCOS)

Atualmente, Marcos afirma que tem uma boa relação com a família, mas não podem ficar no bairro onde ela mora, por causa de conflitos com morador de lá.

Pedro tem trinta e um anos, possui ensino superior incompleto, e está há três anos em situação de rua, que segundo ele foi ocasionado pelo desemprego e separação da esposa. Antes da situação de rua exercia a profissão de radialista e atualmente é encostado pelo INSS devido um acidente de trabalho. Pedro disse que tem família em Feira de Santana, no entanto não quis falar sobre sua relação com ela. Pedro afirmou que “a vida na rua é suave”.

Diferente de Pedro, Thiago nunca frequentou a escola. Ele tem trinta e quatro anos e há dezessete está em situação de rua, ele alega como principal motivo não ter uma boa relação com a família, o entrevistado afirma que o contato com a família é pouco e somente com um irmão tem uma relação mais próxima. Thiago relata que antes da vida nas ruas trabalhava com reciclagem, hoje trabalha lavando carros e no descarregamento de caminhões. Ele é integrante do Movimento População de Rua Núcleo Feira de Santana, e tem tentado mudar sua atual situação. Ele já dormiu muito nos espaços da rua, mas atualmente está fazendo o caminho de saída delas e há mais de um ano e meio que dorme em uma casa de passagem.

Raquel, a única mulher que participou da entrevista, tem vinte e cinco anos e faz da rua seu espaço de moradia a mais de onze anos, apontando as drogas e desavenças com a família como as causas principais. Sua escolaridade chegou até o sétimo ano do ensino fundamental e antes da situação de rua era vendedora de frutas, atualmente para ganhar dinheiro trabalha com reciclagem. Raquel afirma que “a vida na rua é péssima, atribulada, discriminada”. Ao falar sobre os equipamentos públicos, Raquel relata que já procurou o CRAS, CREAS, Centro POP, SEDESO, e outros mais. Ao ser questionada sobre a forma como foi recebida nesses equipamentos, a entrevistada responde:

O Centro POP porque já é de população de rua tem que suportar a gente, quer queira, quer não. A SEDESO mais ou menos e em outros lugares às vezes a gente não pode nem entrar porque é barrado, porque mora na rua. Eles tem que ver, que a gente que tá na rua também é cidadão, a gente tem direitos a votos, a direitos e leis e eles não vê a gente como cidadão, vê a gente como lixo (RAQUEL)

Assim como Thiago, Raquel é uma das integrantes do Movimento População de rua núcleo Feira de Santana e está fazendo o processo de saída das ruas. Segundo ela “A relação com a família melhorou, mas os laços ainda estão fragilizados”.

Felipe tem quarenta e três anos e se encontra em situação de rua em torno de dezoito, ele atribuí essa situação a sua rebeldia “atritos, muitos problemas. Eu era uma pessoa muito rebelde no bairro que eu morava, aí me levou até a rua”, pontuou o entrevistado. Estudou até o sétimo ano do ensino fundamental. Atualmente para ganhar dinheiro ele olha carros e pede nas ruas, antes ele era pedreiro, cabeleireiro, marceneiro, auxiliar de mecânico “várias profissões” diz ele.

Eu sou querido por minha família, ao mesmo tempo não sou, porque ninguém presta confiança em mim porque tem medo. Eu não durmo... converso com todo mundo, mas ninguém me dá uma dormida em minha casa, porque tem medo [...] (FELIPE).

O entrevistado afirma que já tem mais de oito meses que viu a sua mãe, porque não pode ir no bairro em que morou, no entanto, diz ter uma boa relação com sua família, ele afirma que geralmente alguém da família o procura nas ruas.

Diogo tem quarenta e cinco anos e está nos espaços da rua em torno de três à quatro anos, por problemas familiares. Para ganhar dinheiro, hoje ele trabalha como flanelinha, sendo que antes da situação de rua, era pedreiro e pintor. Cursou até o oitavo ano do ensino fundamental e em relação a vida nas ruas ele afirma: “a vida é louca, cabulosa, sinistro, ficar

na rua é sinistro, viu! né pra todo mundo não. A pessoa fica por ficar, mas o bagulho é doido, né não irmão? O bagulho é louco, é barril!”.

“A vida nas ruas era uma vida, no mesmo tempo boa, mas no mesmo tempo ruim, porque a rua que nos acolhe quando a gente quebra vínculos com a família, a gente perde nossos recursos, os vínculos com a sociedade e com o trabalho”, diz José de trinta e um anos e que há quinze está em situação de rua devido o quebramento de vínculos com a família e também por causa de psiquiatria (depressão). Ele cursou até o sétimo ano do ensino fundamental, trabalhou como jardineiro, auxiliar de eletricista e fez curso de transportadora e ultimamente trabalha como flanelinha, lavador de carros, entre outros serviços. Assim como Thiago e Raquel, José também está fazendo o processo de saída das ruas. Ele também é integrante do Movimento População de Rua, Núcleo Feira de Santana e tem percorrido caminhos em busca da efetivação dos seus direitos. Hoje José voltou a estudar e depois de muitos anos de vínculos quebrados com a família, está em um processo de aproximação.

Dos oito entrevistados, todos são do Estado da Bahia, sendo que seis são naturais de Feira de Santana, um é oriundo de Ilhéus, e outro de Itaberaba, mas afirma que desde criança mora em Feira. Isso confirma as palavras de Silva (2009) quando esta afirma que a partir dos anos noventa diminuiu a imigração de pessoas vindas das zonas rurais e aumentou o número de pessoas nas ruas que afirmam ser oriundas dos centros urbanos.

Analisando o tempo em que essas pessoas estão em situação de rua, vimos que a maioria dos entrevistados está nessa situação há mais de três anos, apenas um deles disse ter cinco meses nas ruas. É um tempo considerado longo, ao passo que quanto mais o tempo passa, mais difícil fica o processo de saída das ruas.

São vários os motivos que podem levar uma pessoa a viver nas ruas. Como principais causas, cinco dos entrevistados destacaram conflitos familiares, dos cinco, dois disseram que esses conflitos foram gerados por causa do uso de drogas; dois apontam o desemprego e a decepção amorosa como principal causa e um, afirma que foi devido conflitos com moradores do bairro onde morava. Costa (2005) analisar os principais motivos que levam as pessoas a situação de rua, descreve:

São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (COSTA, 2005, p.3).

A maioria dos entrevistados já teve experiência de trabalho anterior a situação de rua, mesmo sendo em ocupações precárias. As profissões que mais foram destacadas pelos entrevistados foram as de pedreiro, ajudante de pedreiro e pintor. Outras profissões/ocupações como vendedor, jardineiro, radialista, reciclador também foram citadas por eles. Embora a sociedade considere todas as pessoas em situação de rua como mendigos, vagabundos, segundo Silva (2009), “As pesquisas [...] revelam que a maioria das pessoas em situação de sobrevive de alguma atividade que realiza para obter rendimentos” (SILVA, 2009, p.165). Fato comprovado pelos dados dessa pesquisa que mostram que entre as pessoas entrevistadas, todas exercem alguma atividade, mesmo que seja em ocupações precárias, para garantir a sua sobrevivência. Das oito, uma afirmou trabalhar com reciclagem, uma como biscate, outra diz ser encostado pelo INSS devido acidente de trabalho, e a maioria, isto é, cinco delas, disseram trabalhar como flanelinha. Para complementar a sua renda, dos cinco que trabalha como flanelinha, dois disse exercer atividades como carregador de caminhão e lavador de carros, entre outros serviços e uma pede dinheiro nas ruas. Como podemos perceber essas pessoas trabalham no mercado informal, isto é, sem carteira assinada o que os impedem de ter acesso a proteção das garantias trabalhistas.

Os entrevistados disseram que além das ruas, dormem ou já dormiram em casas de passagem/albergue e às vezes em hotéis, apenas um, disse dormir sempre nas ruas. Como já mencionamos anteriormente, Feira de Santana tem duas casas de passagem, uma disponibiliza trinta vagas e a outra vinte. Nem sempre é possível achar vagas nesses locais, uma vez que a procura é maior do que as vagas existentes, e alguns não conseguem se habituarem por causa das regras impostas.

Do total de pessoas pesquisadas, quatro disseram ter todos os documentos, sendo que dois só possuem o Registro Geral (RG) e a certidão de nascimento, uma disse faltar o título e a reservista, outro disse não possuir nenhum documento, apenas o cartão do SUS, porque perdeu todos nas ruas.

Em relação ao nível de escolaridade, como vimos nas transcrições acima, apenas um dos entrevistados disse nunca ter estudado, seis não completaram o ensino fundamental e apenas um tem o ensino superior incompleto. Assim podemos afirmar que a grande maioria sabe ler e escrever, mas o fato de ter o nível de escolaridade baixo atrapalha na hora de conseguir emprego, geralmente os empregos que conseguem são desenvolvidos em péssimas condições e com baixas remunerações.

Quando questionados se recebiam ou já recebeu algum benefício do governo, a maioria disseram que não. Apenas dois disseram que recebiam, e outro disse que antes recebia, mas foi cortado. Ao declarar que recebia trinta e cinco reais do Bolsa Família, Raquel pontua: “ trinta e cinco reais não é Bolsa Família, isso é esmola”.

“Esse benefício foi dificultoso. Ni algumas cidades, ni alguns outros estados o benefício libera com trinta dias, com quinze. Na minha cidade liberou com trinta, até seis meses e foi muito difícil, eu lutei muito pra conquistar esses benefícios. Eu gritava, eu chegava nos órgãos, nos espaços da Bolsa Família, chamava a atenção da coordenadora, até conseguir esse benefício mais rápido’ (JOSÉ).

Vários são os discursos preconceituosos da sociedade que diz que as pessoas estão em situação de rua por vontade própria, e os taxam de vagabundos, bandidos, entre outros termos pejorativos, no entanto, vimos no decorrer desse trabalho, que vários são os motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas. Nas falas dos entrevistados podemos perceber que a rua, apesar de ter um lado bom, não é um espaço fácil de viver.

[...], sobreviver na rua é uma façanha individual e “mais uma vez” cotidiana, em que cada dia é mais um dia, em que a garantia da própria vida é lucro em relação ao que se pode esperar do cotidiano. Ainda assim, viver nesta condição é tido como alternativa real e possível na perspectiva de quem vive nas ruas. A violência é apenas mais um componente da luta pela sobrevivência (COSTA, 2005, p.11).

Além de ter uma luta diária imposta pela situação de rua em relação ao ter o que comer, o que vestir, e um local para fazer suas necessidades fisiológicas, ainda tem que enfrentar a violência. Essa é apontada como a principal ameaça das ruas. Além da violência sofrida pelos atos de crueldade da sociedade formal e dos próprios companheiros de rua, o que mais revolta essas pessoas, é que na maioria das vezes, essa violência é praticada pela segurança pública que é responsável pela segurança da população. Nos relatos dos entrevistados é notável o preconceito e a discriminação por parte dos policiais feirenses em relação a população em situação de rua. A maioria dos entrevistados disse já ter sofrido ameaça por policiais. Ao relatar a violência sofrida por parte dos policiais, um dos entrevistados diz que estava bebendo com os companheiros de rua na praça, quando policiais chegaram e disse que era para eles saírem de lá. Ao ouvir do entrevistado que a praça era pública e que eles tinham o direito de ficar ali, o policial falou, segundo relato do entrevistado:

“Joga no fundo, todos os dois. Aí trouxe a gente pra aqui, quando tavadesativado esse módulo. Trouxe a gente pra ir e tirou a saúde da gente de com força [...] Aí largou o doce nas minhas costas de com força [...] me deu

umas quatro chamadas nas costas com as pontas da borracha. Eu passei foi três dias sem andar” (FELIPE).

“A rua é vivida como um espaço de instabilidade, um mundo à parte da sociedade formal, onde a presença do Estado como garantidor da ordem e da segurança é relativa” (Costa, 2005, p.11). Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em medo cotidiano de ser agredido pelos companheiros ou pela sociedade ou mesmo por órgãos oficiais responsáveis pela segurança pública.

“a violência, a violência é terrível, principalmente do poder público, da polícia que é pra nos dar segurança e não dá. Nos expulsa das praças, nos coloca pra fora, né! Nos espanca, dá fim no nossos irmãos, e alguns vai e não voltam lá, não sabe o que acontece, mas eu creio que é extermínio. E o sofrimento, a dor maior é essa que eles vai e não volta pra rua que é muita violência. [...] eu já tive fraturamento nas costelas, fracturei minhas costelas com a segurança que nos diz que é pra nos dar segurança, que é o serviço público, e a guarda municipal e a polícia militar que não nos dá segurança alguma. Ele nos expulsam dos nossos espaços por direito, que é o lugar das praças públicas que é a nossa casa também de moradia” (JOSÉ).

Apesar dos avanços em relação as políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, ainda é notável o descaso dos governantes com essa população. Estes por sua vez, acabam por reproduzir a ideologia dominante, contribuindo para que a desigualdade aumente cada vez mais. Essa população quando não passa despercebida diante dos olhos dos governantes, acaba sendo vista como alvo de repressão, é o que relata os entrevistados:

“A forma como os governantes vê a população em situação de rua, é de forma precária, é a base mais excluída” (MARCOS).

“Não se importam com quem tá nas ruas, não dá apoio, só quando querem votos. Vê na rua e deixa na rua” (JOÃO).

“São todos megueiros, são todos hipócritas, por que eles não faz nada” (PEDRO).

“Vê como lixo” (RAQUEL).

“Vê o cara como um qualquer, na minha opinião” (DIOGO).

“Muitos dos governantes tem discriminação ainda, né. Eu vejo que os governantes ele tem discriminação sobre a população de rua. E alguns dele hoje, eu tenho uma estima de informação, que alguns dele nem conhece o que é população de rua, uma vergonha, eu acredito que é uma grande vergonha. [...] pessoas que tinham que estudar a Política de população de rua, não sabe disso e não consigo entender porque eles não conhece a situação morador de rua” (JOSÉ).

“Vê como cachorros, porque na verdade, nem um local para os moradores de rua ficar, eles não fazem” (THIAGO).

“Não ajuda em nada, a ajuda deles é discriminar, botar até os polícia pra tirar a saúde da gente, até que às vezes levar a gente até a morte, é aí que a gente revolta né!” (FELIPE)

A maioria dos entrevistados, isto é, cinco, disseram já ter procurado os equipamentos públicos, e três disseram que não. Entre os equipamentos procurados foram citados; Centro POP, posto de saúde, CRAS, CREAS, SEDESO, Consultório na Rua. Dos cinco entrevistados que procuraram esses equipamentos, apenas um disse ter sido bem recebido e resolvido sua demanda. “Os profissionais não tem capacidade de trabalhar com as demandas da rua” disse Marcos, ao expressar sua indignação por ter sido mal recebido pelos funcionários dos equipamentos que procurou.

Esses equipamentos, esses órgãos não recebe a gente bem vindo, né! Porque é um morador de rua. Ainda existe dentro da própria rede, que é pra nos atender bem, ainda existe discriminação. Eu sinto discriminação contra o morador de rua. Hoje eu tenho grande afrontamento entre os gestores, secretários. Essas pessoas, ele ainda existe uma fronteira entre nós. Entre secretário e entre morador de rua. Mas a briga constante é essa que eu falo a essas pessoas desses órgãos, que a gente conhece nossos direitos, ainda que a gente seja morador de rua. (JOSÉ)

As pessoas em situação de rua em Feira de Santana, vivencia em seu dia-a-dia várias situações de desrespeito, preconceitos e discriminações, principalmente por aqueles que deveriam garantir a efetivação dos seus direitos. A Política Municipal para a população em situação de rua de Feira de Santana, Lei de Nº 3482 de Outubro de 2014 em seu artigo 4º, inciso IX, mostra que uma de suas Diretrizes é “A implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional” (BRASIL, 2014).

Apesar de não saber dizer exatamente quais são as políticas públicas voltadas para a população em situação, a maioria dos entrevistados demonstrou saber que tais políticas existem e que é através destas que os seus direitos devem ser efetivados, apesar de ser perceptível a descrença em relação a essa efetivação, devido as várias violações dos direitos que essa população enfrenta no dia-a-dia. Declararam que como cidadãos têm direito a habitação, educação, saúde, segurança, assistência social e ao trabalho, mas que o poder público não se importa com seus direitos e não os consideram com cidadãos.

Em resumo, as pessoas entrevistadas são adultos com idades entre vinte e cinco à quarenta e oito anos que se declaram negros e pardas, a maioria do sexo masculino, em idade economicamente produtiva, a maioria com algum nível de escolaridade, aptos, teoricamente, à inserção no mercado de trabalho e estão em situação de rua entre cinco meses à dezoito anos,

levados por vários fatores. Elas têm em comum a pobreza extrema, e os espaços da rua como lugar de moradia e sobrevivência. São pessoas vítimas de um sistema opressor e excludente, que vivenciam em seu dia-a-dia o descaso por parte do poder público e o preconceito da sociedade dominada pelo sistema capitalista, que prega a pobreza e a miséria como algo natural, e que tem a desigualdade social como base para a sua sustentação.

Essa ideologia também é reproduzida pela maior parte das pessoas que trabalham no atendimento à população em situação de rua, o que segundo a maioria dos entrevistados, acaba por se tornar um dos principais desafios ao tentarem acessar as políticas públicas, pois estes os tratam de forma preconceituosa e com descaso. O descaso do poder público somado a falta de profissionalismo da maioria e atrelado a outros fatores, acabam impedindo essas pessoas acessarem as redes de serviços e de suprir suas necessidades mais básicas, ao passo que suas demandas não são resolvidas, a maioria dessas pessoas são desmotivadas, e acabam desistindo da luta pela a efetivação das políticas públicas, o que dificulta a saída das ruas.

No depoimento dos entrevistados é notável também a fragilidade da rede dos serviços públicos, mesmo quando alguém que está em situação de rua consegue alguma garantia, é esbarrado em algum momento, sendo privadas de outras garantias fundamentais para a saída das ruas, por isso a importância e necessidade da articulação das políticas públicas e do trabalho em rede para atendimento desse público.

Através das vozes dos entrevistados vimos que vários são os descasos em relação a população em situação de rua e em relação a efetivação dos seus direitos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao presente panorama social do Brasil, torna-se urgente a necessidade de maior preocupação em relação à efetivação dos direitos da população em situação de rua. Como se explanou no presente trabalho, as violações aos direitos deste segmento são constantes e nos mais diversos sentidos. Quando não pela omissão do Estado em sua tarefa de prover o essencial no que diz respeito à saúde, emprego, moradia, entre outros, pelas violências por parte da própria população.

Com o objetivo de superar a situação de injustiça, desigualdade e discriminação enfrentada pelas pessoas que vivem nas ruas, faz-se necessário maior esclarecimento de toda a população acerca de quem são essas pessoas, de como esse segmento formou-se historicamente, além de que são titulares dos mesmos direitos essenciais que qualquer outro cidadão.

Frente ao exposto, buscou-se, por meio deste trabalho, melhorar o entendimento acerca do fenômeno da população em situação de rua, entendendo melhor suas especificidades por meio de dados objetivos e também de trabalho de campo, buscando sempre desmistificar preconceitos e falácias, bem como trazer a voz desse segmento populacional.

Assim, apesar dos direitos conquistados através da luta cotidiana das milhares de pessoas que vivem nas ruas das cidades do Brasil, o que se pode vê é que estas pessoas ainda não foram reconhecidas como sujeitos de direitos. Existe de forma explícita uma cidadania negada. Elas ainda são o reflexo de uma sociedade que tem suas raízes no processo de colonização em um contexto histórico marcado por desigualdade, preconceitos e

exploração. Uma sociedade que tem sua herança em um regime escravocrata e fundado na lógica patrimonialista.

Apesar dos avanços na legislação (marco legal definido) vive diariamente a desigualdade e os processos de exclusão.

Para que haja mudança nesse quadro é necessária uma maior visibilidade do Estado no investimento da qualidade das políticas públicas, a fim de promover a inclusão social desses sujeitos, garantindo sua proteção através da efetivação dos seus direitos. A articulação entre as políticas públicas e entre as redes de serviços é outro fator importantíssimo para possibilitar a materialização desses direitos da população em situação de rua, pois uma política sozinha não é capaz de dar respostas a todos os problemas sociais que essa população enfrenta no seu dia a dia.

É necessário que a população em situação de rua, juntamente com o poder público, a sociedade civil e em especial os profissionais que trabalham no atendimento desse público se percebam como sujeitos ativos na reivindicação da efetivação das políticas públicas voltadas para essa população, a fim de contribuir para um melhor desenvolvimento desses sujeitos e possibilitar as saídas das ruas.

Pode-se concluir que a população em situação de rua possui uma visão negativa dos poderes públicos, referindo maus tratos ao utilizar os serviços/equipamentos público, além de chamar a atenção acerca da violência policial. A coisificação e a violência as quais é exposta, acrescidos do malogro do estado para efetivar políticas públicas, faz com que muitas pessoas fiquem descrentes e se afastem de uma possibilidade de luta.

Vale salientar que apesar de todos os percalços, a luta e a organização dessa parcela da população é fundamental para a mudança desse cenário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de. **A construção do SUS na Bahia**: Uma história da sua implementação-1986 a 2006. Salvador. H.D.D. ÁVILA, 2013.

BARTOLI, Mari Aparecida. **Processos de organização de catadores de materiais recicláveis**: lutas e conformações. **R. Katál**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, jul./dez. 2013

BESSA, Décio. **Cidadãos e cidadãs em situação de rua**: Uma análise de discurso crítica da questão social. 2009. 347f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BORBA Marta. **Assistência Social e seus usuários**: Entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 16 ed. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

_____. Governo Federal. Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua. Brasília 2008.

_____. Governo Federal. Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para lutar. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP-Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Clara Alencar. **Criminalização da Pobreza**: Mídia e propagação de uma ideologia higienista de proteção aos pobres. 2010.74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação e m Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Textos e Contextos**, n.4, p. 1-15, dez. 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Coord.). **A mundialização financeira**: Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**: trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. Apud BESSA, Décio. **Cidadãos e cidadãs em situação de rua**: Uma análise de discurso crítica da questão social. 2009. 347f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Exclusão Social: Fenômeno Totalitário na Democracia Brasileira. **Saúde Soc.** São Paulo, v.2, n.1, 41-57, 1993.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 3ª Ed. São Paulo: O Globo, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v. 16 n.47 maio-ago, p.333-357, 2011.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOUGH, Ian. **The needs of Capital and the needs of people**: can the Welfare State reconcile the two?. Inaugural lecture at University of Bath, 21 January 1999 apud PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem Saída**: Um Estudo sobre a Relação entre o Estado e a População em Situação de Rua do Rio de Janeiro. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b. livro1, v.I apud SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População em situação de no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

MATTOS, R. M; FERREIRA, R. F. *Quem vocês pensam que (elas) são?* representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.16, n.2, p. 47-58; maio/ago.2004

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempo de modernidade: Olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950 – 1960)**. Monografia (Especialização). Recife. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem Saída: Um Estudo sobre a Relação entre o Estado e a População em Situação de Rua do Rio de Janeiro**. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

PEREIRA, Viviane Souza. Expressão da questão social no Brasil e população de Rua: Notas para uma reflexão. **Libertas**, Juiz de Fora, v.9, n.2, p. 179 - 205, jul-dez / 2009.

REIS, Daiana. **População em situação de rua e sua relação com o trabalho: as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas em situação de rua**. 2012. 63f.

SALVADOR, Diego Salomão. Expropriações, sofrimentos, lutas e Esperanças: Breve reflexões sobre a Questão Agrária Brasileira, **Holos**, Rio Grande do Norte, ano 22, p.24-36, dezembro, 2006.

SANTO, Sandra Medeiros. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana, **Sitientibus**, Feira de Santana, n.28. p.9-20, jan/jun, 2003.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População em situação de no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TOLEDO, Bruno Alves. **A violência urbana e o processo de criminalização da pobreza como óbices à realização dos direitos humanos**. 2009. 43f. Especialização (Pós-graduação). Pró-reitoria de Pós-graduação e pesquisa lato sensu em direitos humanos, Universidade Católica de Brasília, Brasília.

UEDA, Vanda. A construção, a destruição e a reconstrução do espaço urbano na cidade de porto alegre do início do século XX. **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, p.141-150, 2006.

VALLADARES, Lícia. **Cem anos pensando na pobreza (urbana) no Brasil**. 1ed. IUPERJ: Rio de Janeiro, 1990 apud CASTRO, Clara Alencar. **Criminalização da Pobreza: Mídia e propagação de uma ideologia higienista de proteção aos pobres**. 2010.74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação e m Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

VERÁS, M. Exclusão Social: Um problema Brasileiro de 500 anos (Notas Preliminares). In: SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, p.27-50, 2001.

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/a-criminalizacao-da-pobreza-tecendo-algumas-reflexoes.pdf

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=72cad9e1f9ae7987>

https://www1.ufrb.edu.br/sppgcs/images/Caminhos_das_Políticas_Públicas_voltadas_a_Pop_Rua_-_GT_3_-_Políticas_Públicas_e_Developmento.pdf

http://www.cchla.ufrn.br/dpp/gpp/TCC/2012/arquivos_downloads/ARAUJO,%20Valeria_Política_Nacional_para_A%20população_situações%20de%20rua.pdf

APENDICE A



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

Rua Ariston Mascarenhas, s/n, Centro, Cachoeira, Bahia, Brasil, CEP 44.300-000
Fone: (75) 3425-2729 / Fax: (75) 3425-1062 / <http://www.ufrb.edu.br/cahl>

Termo de Consentimento Informado

Eu, Claudisia Pereira dos Anjos, estou pesquisando acerca da Percepção da População em Situação de Rua sobre Acesso a Direitos no Município de Feira de Santana/BA. Assim, identificamos o senhor (a) como uma pessoa fundamental para este estudo.

Assumo o compromisso de que sua identidade permanecerá confidencial, salvo expressa manifestação em sentido contrário. Caso o senhor (a) decida manifestar pública a sua opinião, será garantido que a transcrição da entrevista será submetida a sua apreciação antes de qualquer divulgação.

Sua participação nessa pesquisa é fundamental para a elucidação de aspectos importantes do estudo supra mencionado. A qualquer momento o senhor (a) poderá desistir de continuar a entrevista e só responderá as perguntas que desejar.

Eu, _____, declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa “VOZES DA RUA: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA SOBRE ACESSO A DIREITOS, EM FEIRA DE SANTANA” – e aceito nela participar.

Autorizo a identificação de meu nome nas publicações resultantes do referido projeto

Não autorizo a identificação do meu nome

Feira de Santana, ___/___/2016.

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado

APENDICE B

Roteiro de Entrevista

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu sexo? Orientação sexual?
3. Qual é a sua cor?
4. Quanto tempo você está em situação de rua?
5. Quais as principais causas pelas quais você passou a morar/viver na rua?
6. Além da rua, onde você costuma dormir?
7. O que você faz para ganhar dinheiro/sobreviver atualmente?
8. Antes da vida nas ruas, o que você fazia para ganhar dinheiro?
9. Como é a sua vida nas ruas?
10. Você tem família? Como é a sua relação?
11. Até que série você estudou?
12. Onde morava antes de morar nas ruas do centro da cidade de Feira de Santana?
13. Qual a principal ameaça que é encontrada nas ruas?
14. Possui documentos de identificação? Quais?
15. Você recebe alguma ajuda (benefício) do governo? Se não recebe, já recebeu em algum momento?
16. Em sua opinião, como os governantes veem a população em situação de rua?
17. Já procurou algum equipamento público? Qual?
18. Como você foi recebido?

19. Você sabe quais políticas públicas tem direito?
20. Você sabe quais são seus direitos de cidadão?